



n.3
jul.set
2021

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Albuquerque

Editora Adjunta

Giovana Esther Zucatto

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

Amanda Silvestre da Silva

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Giovanna Lucio Monteiro

Jefferson Nascimento

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Pedro Lange Netto Machado

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

RETROCESSO E ESPERANÇA: OS DESAFIOS DA DIALÉTICA LATINO-AMERICANA
.....PÁGINA 04

ARTIGOS

“UMA VIAGEM PELA POLÍTICA LATINO-AMERICANA”: ATORES INTERNACIONAIS NO GOLPE DA BOLÍVIA DE 2019.....PÁGINA 06

MENOS DEMOCRACIA E MAIS DEPENDÊNCIA: UM BALANÇO DO GOVERNO MORENO NO EQUADOR..... PÁGINA 15

COLÔMBIA E O “DUQUE CHAO”: AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO GOVERNO DE IVÁN DUQUE.....PÁGINA 34

ESTUDOS SOBRE FEMINISMO NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR.....PÁGINA 38

Editorial

Retrocesso e esperança: os desafios da dialética latino-americana

Durante muitas décadas, América Latina foi, na narrativa internacional, sinônimo de crise: crise política, devido aos inúmeros golpes de Estado e assassinatos de líderes; crise econômica, em decorrência das enormes desigualdades e insolvências; crise social, pela falta de garantia de direitos fundamentais e, crise fiscal provocada por líderes “populistas”, em geral. Nos anos de 1990, a confluência da redemocratização e o fortalecimento do processo de integração assentou as bases para que, nos anos 2000, uma nova América Latina pudesse ser apresentada ao mundo, ainda que mais recortada, com a projeção da América do Sul enquanto um ator político.

A conjugação de governos autoritários, censura, falta de proteção ao meio ambiente, ausência de transparência no processo político e enfraquecimento da proteção social parecia ter ficado para trás, como uma história ruim que ninguém gosta de lembrar. Infelizmente, apenas parecia. A emergência de governos que, por um lado rechaçam políticas sociais e, por outro, empreendem mecanismos de controle que os afastam da aceção básica do liberalismo, iniciou uma nova onda de crises – política, econômica, social e, agora, também sanitária.

O tempo-espaço que vivemos não nos permite fazer contrafatuais empíricos, mas um simples exercício comparativo nos leva a identificar que a proliferação de crises e a fragilidade dos processos de integração são variáveis correlacionadas. Caso a Unasul, por exemplo, ainda estivesse em funcionamento pleno, teríamos um Conselho Eleitoral sul-americano que poderia, por hipótese, ter supervisionado o processo eleitoral boliviano de 2019, evitando o desgaste e os desencontros com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Teríamos, também, um Conselho de Saúde, que teria papel fundamental na coordenação da gestão da pandemia na região, estimulando não só a harmonização de regras de circulação como o incentivo à formação de cadeias de suprimento intrarregional. Fora a dimensão geopolítica manifesta na capacidade política da frente aos principais países produtores de vacinas.

O que vimos, por outro lado, foi o enterro

da América do Sul enquanto global player. O Brasil, maior país da região, que deveria atuar como paymaster do processo de integração, parou de olhar para os lados, levantou a cabeça e mirou nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE). As organizações regionais seguiram o mesmo processo de esfacelamento: a Unasul está imobilizada e esvaziada, e o Mercosul voltou a ter o perfil puramente comercial - e, mesmo neste, segue travado pelas discordâncias acerca da Tarifa Externa Comum e da paralisia na implementação do acordo de livre-comércio com a União Europeia. A OEA, por sua vez, retomou sua antiga fama de “interventora” em assuntos internos dos países, regida por interesse que vem, literalmente e geograficamente, de cima.

Esse é o estado da arte que conecta os artigos dessa edição do Boletim OPISA: a manutenção da confluência de crises, em uma região desgovernada e desconectada, no qual a insatisfação popular parece ser a regra. Na Bolívia, tal insatisfação passa por elementos internos, mas também por ações externas. Essa é a história que a pesquisadora Marília Closs nos relata em “Uma viagem pela política latino-americana: atores internacionais no golpe da Bolívia de 2019”. No texto, verificamos que o contexto de deposição de Evo Morales e o golpe de Estado, que levou Jeanine Añez ao poder, foi marcado pela participação direta de atores internacionais, seja como incentivadores, seja como facilitadores.

No Equador, as instabilidades, que se estendem desde o governo de Rafael Corrêa, se consolidaram com o mandato de Lenin Moreno e os diversos retrocessos democráticos e abandono de propostas de campanha. Diogo Ives, em “Menos democracia, mais dependência: um balanço do governo Moreno no Equador”, detalha o estelionato eleitoral do presidente Moreno, caracterizado por elementos como o desmonte da Alianza PAIS, a aproximação com os Estados Unidos e o recurso aos instrumentos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na Colômbia, o governo de Iván Duque conta, a um ano das eleições, com um cenário de completa indefinição. Seja pela dificuldade na implementação do longamente esperado acordo com as FARC e a ELN, seja pelas mobilizações sociais em um país no qual estas foram, historicamente, ausentes, o fato é que Duque preside um país em contexto bem diferente daquele em que se candidatou. Este percurso é apresentado por Andrés Londoño Niño, em “Colômbia e o ‘Duque



Chao': as mobilizações sociais no governo de Iván Duque.

O artigo que fecha essa edição também parte de uma crise, mas nos apresenta vetor de esperança. O texto "Estudos sobre feminismo na América Latina: uma análise preliminar", de autoria de Flavia Biroli e Marcia Rangel Candido, nos mostra que há espaço para o progresso científico em meio ao caos. Por meio de um extensivo mapeamento dos estudos feministas na região, as autoras nos indicam que a ciência encontrou a sua forma de reagir às crises, ao cerceamento dos direitos e à diminuição das garantias. Na atualidade, a comunidade científica latino-americana é um dos núcleos da resistência ao obscurantismo, negacionismo, subordinação e isolacionismo que a região experimenta com o retrocesso provocado pelos governos de extrema-direita.

Maria Regina Soares de Lima
Marianna Albuquerque
Coordenadoras do OPISA



“Uma viagem pela política latino-americana”: atores internacionais no golpe da Bolívia de 2019

Marília Closs

Pesquisadora do OPISA

Introdução

No dia 20 de outubro de 2019, foram realizadas eleições presidenciais da Bolívia, cujo resultado gerou consequências complexas no cenário político do país. Após uma série de acontecimentos, já discutidos de forma mais profunda em outras edições deste Boletim¹, no dia 12 de novembro Jeanine Áñez assumiu a presidência de fato do país, após renúncias em série de grandes autoridades bolivianas. Os significados dos mais de 20 dias de instabilidade seguem em disputa: muitos veem que se tratou de um golpe de Estado organizado por setores à direita. Outros acreditam que se tratou de arranjos institucionais frente a uma tentativa de fraude eleitoral por parte de Evo Morales, ex-presidente e então candidato, e de seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS).

O golpe de 2019 tem pautado de forma significativa a agenda institucional da Bolívia até hoje, mesmo que Luis Arce (MAS) já tenha quase um ano à frente da presidência do país. Os sentidos políticos do golpe seguem em disputa, e as consequências das mais de 48 horas em que ficou um vazio de poder em função da disputa pela sucessão são feridas abertas em um país profundamente polarizado. No entanto, tratou-se de fenômeno que teve dimensões não apenas domésticas, mas também regionais e continentais. Frente a isto, este texto tem como objetivo fazer um breve mapeamento dos atores internacionais que tiveram papel relevante no processo. Mais que texto analítico, este artigo se propõe a levantar as principais evidências que já se tem, hoje, em termos de participação de atores internacionais nas instabilidades políticas de 2019.

Atores internacionais no golpe de 2019 na Bolívia

No dia 20 de outubro de 2019, primeiro

1 O pleito já foi discutido de forma mais detalhada no texto “Eleições, instabilidade e golpe na Bolívia: breve análise do mês que acelerou a crise política do país”, que consta na edição de número 4 de 2019, correspondente a outubro-dezembro. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPISA_2019_n4_out-dez-1-1.pdf.

turno das eleições gerais do Estado Plurinacional da Bolívia, as pesquisas eleitorais indicavam que haviam chances que o próximo presidente do país fosse decidido em um segundo turno entre Evo Morales e Carlos Mesa, representante do partido *Comunidad Ciudadana*. No entanto, 2 horas após o fechamento das urnas e do início de contagem de votos por parte da *Transmisión de Resultados Electorales Preliminares* (TREP), o TREP parou de tornar público os resultados em função de alegados problemas técnicos, quando somente 83% dos votos estavam apurados, e só voltou ao ar no dia seguinte. Quando o sistema foi restabelecido após cerca de 23 horas, o resultado divulgado era a vitória de Morales ainda no primeiro turno com diferença significativa, diferentemente daquela que a TREP informava na noite anterior, quando o resultado estava mais acirrado. No dia 25, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou o resultado oficial: Morales obteve 47,08% dos votos, seguido por Carlos Mesa, com 36,51% e por Chi Hyung Chung, com 8,78%. Carlos Mesa não reconheceu o resultado, e a maior parte da oposição acusou o processo de fraude eleitoral.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) estava presente nas eleições da Bolívia com uma Missão de Observação Eleitoral composta por 92 pessoas de 24 nacionalidades e liderada por Manuel A. González Sanz, ex-chanceler da Costa Rica. No total, 235 observadores internacionais acompanharam o pleito: além da equipe da OEA, 2 representantes da União Europeia, 24 representantes da *Unión Interamericana de Organismos Electorales* e 99 diplomatas acreditados na Bolívia, entre outros, foram incumbidos da tarefa de acompanhar as eleições².

Frente aos ocorridos do dia 20 de outubro, a missão de observadores da OEA declarou, em nota, que a interrupção da contagem dos votos era de “difícil justificativa”, e convocou reunião extraoficial para discutir o assunto³. No dia 23, a organização lançou uma nova nota enfatizando que o cenário pré-eleitoral do país havia sido conturbado, que havia ampla desconfiança nas instituições e condenou a violência política que estava ocorrendo⁴. No dia 31 de outubro, a OEA iniciou uma auditoria do pleito, com caráter vinculante,

2 Disponível em: <https://www.la-epoca.com.bo/2019/10/19/un-total-de-235-observadores-internacionales-acompanaran-las-elecciones-generales-en-bolivia/>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

3 Disponível em: https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-085/19. Acesso em 13 de outubro de 2021.

4 Disponível em: <https://www.oas.org/fpdb/press/Informe-Preliminar---MOE-Bolivia-23-10-19.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

que teve seu resultado preliminar divulgado no dia 10 de novembro⁵. A auditoria apontou que houve problemas nos servidores e nos bancos de dados, o que comprometeria a transmissão dos resultados preliminares. Os auditores entenderam que houve uma tendência anômala de crescimento de votos no MAS, o que, portanto, configuraria fraude eleitoral⁶. Cabe notar que, atualmente, passados mais de 2 anos, a auditoria da OEA já é amplamente questionada. A análise realizada por Idrobo, Kronik e Rodríguez (2020), por exemplo, utilizando dados do jornal *The New York Times* e por ele divulgada⁷, evidenciou que a auditoria foi baseada em dados incorretos e técnicas estatísticas inapropriadas; a análise do *Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG)* também concluiu que a auditoria não é suficientemente consistente.

Além disso, vale destacar que a OEA, na figura do Secretário-Geral Luis Almagro, tem um histórico de conflitos políticos com Evo Morales e seu partido. Sobretudo a partir de 2016, Almagro passou a se posicionar publicamente questionando a postura de Evo Morales de postular uma vez mais à presidência do país, o que contraria o máximo de uma reeleição, estabelecido pela Constituição de 2009. O debate sobre o direito à reeleição na Bolívia vinha sendo paulatinamente internacionalizado: não apenas Luis Almagro se tornou porta-voz da oposição à candidatura de Evo, como o tema se tornou agenda de organismos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, principalmente após denúncias levadas por partidos de oposição ao MAS⁸.

Após a divulgação dos resultados da auditoria da OEA, ocorreram uma série de declarações por parte de autoridades de segurança pública e das Forças Armadas demandando a

5 O resultado final só foi liberado em dezembro do mesmo ano.

6 Uma análise dedicada ao assunto pode ser encontrada em PESTANA, Matheus. Sobre a suposta fraude eleitoral na Bolívia. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/11/14/sobre-a-suposta-fraude-eleitoral-na-bolivia>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

7 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/07/world/americas/bolivia-election-evo-morales.html>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

8 Mais informações em: WEBER, Leonardo; BATISTA, Thais. A atuação internacional da oposição: os casos de Bolívia e Venezuela. Boletim NEAAPE, v.03, n.02, 2019. Disponível em: <http://neaape.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Boletim-NEAAPE6-2.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

renúncia de Evo, como a “sugestão” de renúncia por parte de Williams Kaliman, então comandante em chefe das Forças Armadas. Concomitantemente, ganhou intensidade o amotinamento de setores das forças policiais contra o governo, e grupos paramilitares ganharam as ruas, o que aumentou a violência política no país. Neste cenário, o presidente, seu vice, Álvaro García Linera, e Gabriela Montaña, então Ministra da Saúde, renunciaram aos seus cargos. Nas horas seguintes, a maior parte dos ministros e vice-ministros que compunham o governo também renunciaram. Dois dias depois, em 12 de novembro, Jeanine Áñez, então segunda presidenta do Senado boliviano pelo departamento de Beni, se autoproclamou presidenta do país, em uma sessão da Assembleia Plurinacional com o quórum abaixo do necessário constitucionalmente estabelecido. Neste processo, entre o dia 10, a autoproclamação de Áñez e o estabelecimento de um novo governo de fato no país, há dois momentos principais que envolvem atores internacionais.

O primeiro é o momento entre o dia 10, quando da renúncia de Evo e seu gabinete, e o dia 12, quando Áñez vira presidenta de fato do país. Durante estas 48 horas, em função das questões de disputa de sucessão e do vazio de poder - “quem deveria assumir frente às renúncias em série?” era a pergunta que organizava a disputa política -, as forças de segurança pública do país estiveram sem comando e sem controle bem estabelecido. Neste processo, Morales, Linera e Montaña, que renunciaram por avaliar que suas integridades físicas estavam ameaçadas, tiveram, por algumas horas, paradeiro desconhecido, até que conseguiram sair do país pelo aeroporto de Chimoré, nos trópicos de Cochabamba.

A saída dos três do país foi conturbada e dependeu de atores internacionais. Um avião da Força Aérea do México, país que concedeu asilo a Morales, Linera e Montaña por razões humanitárias, aguardava, em solo peruano, a liberação para adentrar no espaço aéreo boliviano, que já não estava sob autoridade do MAS⁹, para o resgate das autoridades. Assim que a liberação foi obtida, o avião com a equipe mexicana voou em direção a Chimoré; no entanto, antes que pudessem adentrar ao espaço aéreo boliviano, as autoridades mexicanas receberam a notícia de que o comando de fato da Força Aérea boliviana havia “mudado de ideia” e negado a entrada da aeronave. A decisão só foi revertida um tempo depois, quando a aeronave conseguiu entrar em Cochabamba e resgatar Morales. Após saírem da Bolívia, ao tentar retornar ao Peru para abastecer o

9 Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/11/12/actualidad/1573569922_720137.html. Acesso em 13 de outubro de 2021.



avião de combustível, receberam a notícia de que o governo peruano também havia mudado de postura e negou o retorno do avião mexicano.

Com este novo cenário, as autoridades mexicanas pediram para a aeronave ser acolhida em território paraguaio. Após intervenção de Alberto Fernández, presidente da Argentina, o presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, autorizou que o avião pousasse na capital Assunção e ali permanecesse por algumas horas. De Assunção, faltava a aeronave conseguir chegar ao México. Por “milagre”, nas palavras de Marcelo Ebrard, chanceler mexicano, o governo brasileiro permitiu que a aeronave voasse sobre sua fronteira com a Bolívia para, depois de uma segunda mudança de postura por parte do governo do Peru, sobrevoar o espaço aéreo peruano e chegar ao México, depois de 16 horas de indefinições. Em função das tensões, das ameaças em território boliviano e do vazio de poder que havia no país, Morales considera que Andres Manuel Lopes Obrador e Ebrard “salvaram sua vida” quando concederam asilo e, junto a Fernández, negociaram com uma série de governos o traslado das autoridades até o México. Nas palavras de Ebrard, foi uma “viagem pela política latino-americana”.

Ainda neste primeiro momento, cabe mencionar que os dias de vácuo de poder na Bolívia foram de profunda repressão policial e militar contra os manifestantes, com respaldo jurídico concedido pelo decreto de imunidade militar assinado por Áñez, com notável recorte de classe e raça. Como destaque, cabe mencionar os massacres em Sacaba e Senkata, que deixaram, entre os dias XX de novembro, um saldo de mais de 30 pessoas mortas e 50 feridas; os massacres foram classificados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como episódios de graves violações de Direitos Humanos e de uso excessivo da força.

Neste mesmo sentido, também é necessário destacar a participação internacional. Em 2021, vieram à tona denúncias de que os governos do Equador e da Argentina, em 2019, forneceram material militar ao governo de fato de Jeanine Áñez entre os dias 12 e 15 de novembro. O governo do argentino Mauricio Macri teria fornecido 40 mil cartuchos AT 12/70 e materiais anti-distúrbio¹⁰; já o governo do equatoriano Lenin Moreno emprestou projéteis e granadas para o governo de fato boliviano¹¹. O governo eleito condenou a

10 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/08/ConjunturaLATSUL_Julho2021.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2021.

11 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/07/ConjunturaLATSUL_Junho2021.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2021.

atitude e chamou o apoio regional ao golpe de 2019 de “reedição da Operação Condor”. Alberto Fernandez condenou as ações do governo Macri e denunciou por delitos penais não apenas Macri, mas também outras 4 autoridades. O governo boliviano afirmou que ainda está investigando a participação e colaboração de outros governos, como o do Brasil e do Chile, durante o golpe de 2019.

O segundo momento se inicia quando Jeanine Áñez assume como presidenta de fato da Bolívia. Os primeiros países a reconhecerem Áñez como presidenta foram os Estados Unidos e o Brasil. Nas redes sociais, o Itamaraty felicitou Áñez por “assumir constitucionalmente” a presidência e afirmou que o Brasil desejava aprofundar a amizade fraternal com a Bolívia¹². De acordo com denúncia feita por Evo, o papel do Brasil neste processo é ainda maior: o embaixador brasileiro em La Paz, Otavio Côrtes, se reuniu com Luis Fernando Camacho, atual governador do departamento de Santa Cruz pelo Partido Creemos e um dos principais nomes de extrema-direita nos episódios de 2019, e Carlos Mesa e, junto com o embaixador da União Europeia, consolidaram que Áñez ocuparia o cargo da presidência¹³. Além disso, vale notar que, em maio de 2019, Luis Fernando Camacho se reuniu com Ernesto Araújo.

Mike Pompeo, então Secretário de Estado dos EUA, publicou em suas redes que aplaudia a postura de Áñez em assumir a responsabilidade para a manutenção da ordem no país¹⁴. Em seguida, a União Europeia, na pessoa de sua então Alta Representante para Política Externa e Segurança, Federica Mogherini, afirmou que a Áñez cabia a sucessão legítima para a ocupação do cargo interinamente e enfatizou a importância da Igreja Católica para a promoção de diálogo entre as partes. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha saudou a promessa de Áñez de celebrar uma nova eleição dali a três meses, o que mostrou o reconhecimento implícito do governo de fato¹⁵. O Escritório de Relações Exteriores e da *Commonwealth* do Reino Unido também felicitou

12 Disponível em: https://twitter.com/Itamaraty_ES/status/1194467116709105664. Acesso em 13 de outubro de 2021.

13 Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/11/18/policia-boliviana-confirma-fuga-de-ex-ministros-ao-panama-e-brasil>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

14 Disponível em: <https://twitter.com/SecPompeo/status/1194806454663950337>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

15 Disponível em: <https://twitter.com/GermanyDiplo/status/1194977752509796353>. Acesso em 13 de outubro de 2021.



Áñez pela presidência interina e seu anúncio de novas eleições¹⁶. A Colômbia, por meio de sua chancelaria, também reconheceu Áñez como presidenta interina e afirmou que acompanhava seu objetivo de realizar prontamente novas eleições¹⁷. Em declaração parecida, o Ministério das Relações Exteriores da Guatemala também reconheceu a presidenta¹⁸. O governo do Paraguai reconheceu Áñez como presidenta boliviana no dia 15 de novembro¹⁹, mesmo dia que o fez o governo do Peru²⁰.

Por outro lado, o governo da Venezuela expressou seu firme rechaço à autoproclamação ilegal e chamou o episódio de “paródia”²¹. México, Nicarágua e Cuba também afirmaram que a autoproclamação foi um golpe de Estado. O Uruguai, por meio de sua chancelaria, lamentou o que chamou de “quebra do Estado de direito”, e reforçou que apenas reconhece presidentes escolhidos por eleições. Nas palavras de Serguéi Riabkov, vice-ministro das Relações Exteriores russo, a Rússia entendeu que Áñez seria a presidenta interina, mas afirmou que as ações que levaram à derrubada de Evo foram um golpe de Estado e que não havia quórum suficiente na sessão em que Áñez foi declarada presidenta²².

Para além das questões mais diretamente ligadas à política externa dos países com relação a Áñez, cabe ressaltar as dimensões geopolíticas do processo. A declaração de Elon Musk, diretor da empresa Tesla, de que os Estados Unidos “dariam

um golpe em quem quisessem”²³ reacendeu os debates sobre interesses em recursos naturais bolivianos, sobretudo lítio, por parte de potências do norte global como Estados Unidos e Reino Unido. O lítio é recurso essencial para a construção de baterias elétricas e é abundante na Bolívia, sobretudo na região de Uyuni. Além disso, o site de jornalismo investigativo *Declassified UK* divulgou documentos obtidos extraoficialmente do Escritório de Relações Exteriores e da *Commonwealth* que mostram que o Reino Unido foi cúmplice e apoiador do golpe, em função das oportunidades econômicas que a exploração do lítio poderia trazer.

Estabelecimento de um novo governo: atores internacionais frente ao legado de um golpe de Estado

Em outubro de 2020, foram realizadas eleições gerais na Bolívia, após terem sido três vezes postergadas pelo governo de fato. Luis Arce e David Choquehuanca, do MAS, foram o binômio eleito para a presidência e vice-presidência ainda no primeiro turno, com mais de 55% dos votos válidos. Em novembro, quando Arce assumiu a presidência, estavam presentes na posse Alberto Fernández, Iván Duque, presidente colombiano, Mario Abdo Benítez, Felipe VI, rei da Espanha, e delegações representantes de Chile, Irã, Uruguai, Venezuela, Peru, México, República Dominicana e Estados Unidos. No mesmo dia, Evo Morales, exilado na Argentina, retornou ao país pela primeira vez desde 2019. Evo cruzou pela fronteira La Quiaca-Villazón e adentrou a Bolívia de braços dados com Alberto Fernandez, em um gesto profundamente simbólico para mostrar o papel fundamental que o governo argentino teve durante momentos de instabilidade e violência no país.

Logo nos primeiros meses de governo, julgamentos sobre a conspiração pelo golpe de 2019 e pelos massacres do período começaram a ser levados adiante. Ainda em novembro, Arturo Murillo, Ministro de Governo de Áñez, principal responsável pela segurança pública militarizada e violenta e um dos principais nomes do gabinete da presidenta, e Luis Fernando López, ex-Ministro da Defesa, fugiram da Bolívia pelo Brasil em direção ao Panamá e, dali, foram para os Estados Unidos²⁴. Os dois foram condenado

16 Disponível em: <https://twitter.com/FCDOGovUK/status/1194587982474465280>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

17 Disponível em: <https://twitter.com/CancilleriaCol/status/1194714440471629826>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

18 Disponível em: <https://twitter.com/MinexGt/status/1194737727612358658>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

19 Disponível em: <https://www.ultimohora.com/paraguay-reconoce-nuevo-gobierno-bolivia-n2854967.html>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

20 Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/ecuador-reconoce-jeanine-anez-presidenta.html>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

21 Disponível em: <https://es.euronews.com/2019/11/14/que-paises-reconocen-a-jeanine-anez-como-presidenta-interina-de-bolivia>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

22 Disponível em: <https://es.euronews.com/2019/11/14/que-paises-reconocen-a-jeanine-anez-como-presidenta-interina-de-bolivia>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

23 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

24 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/18/policia-boliviana-confirma-fuga-de-ex-ministros-ao-panama-e-brasil>. Acesso em



pela compra superfaturada de gás lacrimogêneo e material anti-distúrbio e tinham ordem de prisão emitida pelo Ministério Público da Bolívia desde novembro de 2020. Apesar de a justiça boliviana ter emitido alerta migratório, a entrada de Murillo no Brasil foi registrada pela Polícia Federal²⁵. O atual comandante da polícia boliviana afirmou que o serviço migratório do Brasil deveria ter notificado a inteligência boliviana do ingresso dos Ministros e, uma vez que não o fez, cooperou com dois fugitivos²⁶. Murillo foi preso em Miami, em maio de 2021²⁷, pela acusação de recebimento de subornos de empresas estadunidenses para atuar a seu favor na importação de gás lacrimogêneo e outros equipamentos não-letais²⁸.

Jeanine Áñez foi presa preventivamente em março de 2021, acusada de sedição, conspiração pelo golpe e terrorismo. Além de Áñez, também foram emitidas ordens de prisão a outros Ministros sob a mesma acusação. A prisão de Áñez teve reações internacionais: a Secretaria-Geral da OEA expressou preocupação frente ao que chamou de “abuso de mecanismos judiciais”; o governo dos EUA demonstrou preocupação por meio do Departamento de Estado; e Jair Bolsonaro o afirmou que a prisão foi descabida e anti-democrática, o que foi acompanhado pelo Itamaraty²⁹. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pediu que o governo respeitasse os direitos políticos de Áñez³⁰, e o Parlamento Europeu declarou Áñez como presa política e

pediu às autoridades a libertação imediata de Áñez e de dois de seus ex-Ministros³¹. Vale notar, ainda, que solicitações sobre os direitos e a saúde de Áñez - que estaria fragilizada dentro do sistema penitenciário, segundo a própria - são objeto de análise da CIDH com alguma frequência desde sua prisão.

Por fim, cabe mencionar duas denúncias que vieram à tona em 2021. De acordo com gravações telefônicas e e-mails vazados obtidos pelo jornal *The Intercept* em junho³², Luis Fernando López, Ministro da Defesa de Áñez, fazia parte do planejamento de um segundo golpe no país, para evitar que Luis Arce assumisse a presidência. O planejado era o envio de centenas de mercenários, sediados em uma base militar dos EUA próxima a Miami, para a Bolívia durante o processo eleitoral, que se juntariam a forças de segurança bolivianas que, por sua vez, amotinariam. De acordo com a apuração do *Intercept*, “duas fontes militares dos EUA confirmaram que os comandos das Operações Especiais para os quais eles trabalham haviam tomado conhecimento da trama para o golpe de Estado na Bolívia”, mas não agiram em oposição a isto. Um dos principais nomes envolvidos na conspiração é o de Joe Pereira, ex-administrador civil do Exército dos Estados Unidos. No material divulgado, López garante que o comandante em chefe das Forças Armadas durante o governo Áñez, Sergio Orellana, estava de acordo com a operação paramilitar. Os indícios apontam que a operação foi cancelada em função da eleição de Luis Arce ainda no primeiro turno por uma quantidade grande de pontos percentuais à frente de Carlos Mesa, segundo colocado, o que tornou o pleito incontestável.

Em outubro de 2021, uma segunda denúncia veio à tona: o governo boliviano denunciou que, além da operação paramilitar, estava planejado o assassinato de Luis Arce, com o envolvimento dos mesmos mercenários responsáveis pelo assassinato de Jovenel Moïse, presidente haitiano. Alejandro Rivera García, mercenário colombiano detido no Haiti pelo assassinato de Moïse, entrou na Bolívia dois dias antes das eleições de 2020. Junto de Rivera, estavam presentes outros membros do grupo mercenário responsável pelo assassinato - o grupo havia sido organizado pela Counter Terrorism Unit Federal Academy LLC, empresa de segurança sediada em Doral, Flórida. O material vazado que

13 de outubro de 2021.

25 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/12/exclusivo-ex-ministro-boliviano-teria-fugido-para-o-panama-passando-pelo-brasil>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

26 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/18/policia-boliviana-confirma-fuga-de-ex-ministros-ao-panama-e-brasil>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

27 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2021.

28 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2021.

29 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/04/ConjunturaLATSUL_Mar%C3%A7o-2021-2.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2021.

30 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/17/comissao-interamericana-de-direitos-humanos-pede-que-bolivia-respeite-os-direitos-de-jeanine-anez.ghtml>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

31 Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2021.

32 Disponível em: <https://theintercept.com/2021/06/18/ex-ministro-bolivia-golpe-eua/>. Acesso em 13 de outubro de 2021.



expõe o plano de assassinato de Arce também envolve Luiz Fernando López. López e Orellana têm paradeiro desaparecido: López fugiu pelo Brasil e Orellana pela Colômbia. Em outubro, após a segunda denúncia vir à tona, a Bolívia solicitou oficialmente ao Brasil a extradição de López³³.

Considerações finais

O golpe de Estado de 2019 que derrubou Evo Morales continua sendo uma das principais agendas institucionais na Bolívia. Desde que assumiram, Luis Arce e seu gabinete vêm tentando condenar os responsáveis pelos episódios que ocorreram entre outubro e novembro. Há uma série de dificuldades e contradições neste processo - tema de enorme importância não só para a discussão sobre o conceito de golpe de Estado, mas também sobre como construir justiça de transição no século XXI e sobre o próprio conceito de democracia na América Latina; no entanto, esta discussão extrapola o que foi proposto neste texto.

Frente à complexidade da conjuntura crítica e da crise social e política que a Bolívia viveu entre 2019 e 2020, buscou-se mapear os principais agentes internacionais envolvidos. Pode-se identificar diferentes momentos: em um primeiro período - pré-eleitoral e durante o pleito de 20 de novembro -, a OEA e Luis Almagro, seu Secretário-Geral, tiveram papel definidor. Não só Almagro é figura política de aberta oposição a Evo Morales, o que tem consequências na organização como um todo, mas a auditoria da OEA sobre o processo eleitoral, hoje já amplamente questionada, foi o estopim para uma nova conjuntura política no país.

Em seguida, em um segundo momento, as políticas externas da Argentina e do México foram fundamentais para garantir a saída de Evo, Linera e Montaño do país em um momento não só de vazio de poder e de aumento exponencial da violência nas ruas por parte de manifestantes e forças de segurança pública, mas também de incertezas sobre o conceito e a constitucionalidade da sucessão. Fernández, em especial, ganha destaque não só pela negociação com Marío Abdo Benítez, mas também pelo asilo que concedeu a Evo depois de sua estadia no México, e por ter sido a figura política com quem Evo voltou à Bolívia. Se um "eixo regional progressista" de Buenos Aires a Cidade do México pode ter sido vislumbrado no episódio do "périplo pela política latino-americana", logo o eixo conservador regional ajudaria a garantir a legitimidade de Añez ao reconhecê-la. Neste

33 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/22/bolivia-solicita-ao-brasil-extradiacao-de-ex-ministro-de-defesa-foragido-da-justica>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

mesmo sentido, o Brasil, em sua colaboração com autoridades do gabinete de fato, também seria ator relevante para que algumas figuras não fossem presas em território boliviano.

Se é possível enxergar nitidamente o eixo conservador sul-americano atuando em cooperação com a oposição ao MAS, a presença dos EUA é quase um espectro, uma penumbra ao redor dos acontecimentos políticos. Na maior parte das vezes, o papel estadunidense no golpe é divulgado por jornalismo investigativo, mas sempre no campo da extra-oficialidade. As denúncias sobre a utilização de mercenários - cuja organização passa pela anuência informal de setores militares e civis dos EUA - na conspiração contra a democracia latino-americana dá a entender que, durante a administração de Trump, setores de inteligência e de construção de "contras"³⁴ seguiu sendo a política estadunidense para América Latina. Junto disto, a presença de grupos mercenários nos processos políticos sul-americanos evidencia que o campo político de extrema-direita, que vem se fortalecido no subcontinente desde 2015, tem como prática a relação com a figura do miliciano, do paramilitar, mostrando uma tendência abertamente antidemocrática.

Com este breve mapeamento, pode-se observar alguns elementos a nível regional e continental. Com o desmonte da arquitetura institucional sul-americana, sobretudo com o esvaziamento da União de Nações Sul-Americana (UNASUL), não houve organização internacional capaz de construir diálogo ou mediar acordos entre as partes. A OEA, instituição que, frente à conjuntura, deveria cumprir este papel, não apenas não garantiu nenhuma forma de acordo como polarizou a situação, deixando o país mais instável. O Brasil, até pouco tempo uma liderança regional que tinha condições de mediar ou propor diálogos, tomou lados e se absteve de atuar regionalmente como construtor de conciliações. O maior grau de coordenação se deu entre Alberto Fernandez, López Obrador, e, principalmente, Marcelo Ebrard, tratando diretamente com Evo Morales, já sem cargo oficial. Pode-se ver que alianças e cooperação internacional se misturam com disputas políticas internas - e que o golpe de 2019 foi uma fotografia de um continente em com projetos regionais em disputa.

34 O termo "contras" faz referência à política estadunidense, do final da década de 1970 e início de 1980, de apoiar financeiramente e militarmente os grupos contra-revolucionários na América Central, sobretudo na Nicarágua, com o objetivo de combater o governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional.



Referências

IDROBO, Nicolás; KRONICK, Dorothy; RODRÍGUEZ, Francisco. Do Shifts in Late-Counted Votes Signal Fraud? Evidence From Bolivia. SSRN Papers, 2020.



Menos democracia e mais dependência: um balanço do governo Moreno no Equador

Diogo Ives

Pesquisador do OPISA

Introdução

Lenín Moreno presidiu o Equador entre maio de 2017 e maio de 2021. A conclusão de um mandato presidencial conforme as regras constitucionais significou a continuidade desta tendência inaugurada durante a era de Rafael Correa à frente do país, entre 2007 e 2017, superando a crise política que abreviava governos sucessivos entre 1996 a 2006. Apesar disso, o governo Moreno não significou nenhuma consolidação substantiva da democracia no Equador. Muito pelo contrário, seus quatro anos foram marcados por retrocessos democráticos, em consequência de um conjunto de fatores: descumprimento da agenda prometida por Moreno na eleição de 2017, promoção de uma política econômica antipopular e emprego recorrente dos militares em funções de segurança pública para controle de atividades civis. Estes elementos subsidiariam, ainda, a adoção de uma política externa que aumentou a dependência do Equador frente a grandes potências e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Neste artigo, fazemos uma descrição das ações do governo Moreno que produziram um quadro de menos democracia interna e mais dependência externa do Equador. Trata-se de um resultado sem dúvida surpreendente quando se considera que Moreno foi vice-presidente do governo Correa entre 2007 e 2013 e eleito como seu candidato a sucessor para manter a autoproclamada Revolução Cidadã, que almejava, oficialmente, o socialismo democrático, no plano interno, e uma maior distribuição de poder entre países do Norte e do Sul, no plano internacional. Todavia, ao invés de continuidade, Moreno, uma vez empossado, trabalhou, declarada e incansavelmente, para “descorreizar” o Equador, contrariando as orientações do seu antecessor e buscando reduzir o poder político de Correa e seus principais aliados. Nas seções a seguir, resumimos, inicialmente, os principais acontecimentos da política doméstica que explicam esta reviravolta e, em seguida, destacamos as orientações adotadas

na política externa para a América Latina, os Estados Unidos e a China.

A eleição de 2017 e a aposta do correísmo em mudar para continuar

Ao menos desde março de 2016, um ano antes da eleição presidencial de 2017, Lenín Moreno já disputava, dentro da Alianza PAIS (na qual ocupava o posto de 1º vice-presidente), a indicação do partido como candidato à sucessão de Correa. Naquele mês, Moreno divulgou uma carta dirigida à agremiação, na qual não escondida a intenção de modificar orientações do governo Correa que se encerrava, justificadas como necessárias para “la continuidad y la permanencia de la Revolución Ciudadana” (MORENO, 2016, p. 2). Entre outros pontos, expressava o desejo de reduzir o papel do Estado na economia, pois, uma vez tendo este logrado avançar a infraestrutura nacional, seriam “nuestros empresarios y emprendedores, con innovación y compromiso por el país, quienes deben convertirse en el motor central de la transformación productiva que demanda el Ecuador” (ibid., p. 3). Além disso, reivindicava “avanzar y fortalecer una abertura internacional pragmática, [...] enmarcad[a] en nuestros principios de respecto al [...] antiimperialismo, y una posición irrenunciable en contra de toda forma de dominación y colonización” (ibid., p. 4).

A disposição à mudança expressa por Moreno pode ser compreendida em um contexto internacional de queda dos preços das matérias-primas desde 2013, especialmente do petróleo, após uma década de bonança, alavancada especialmente pelo crescimento econômico da China. Ao longo do governo Correa, o aumento do preço do petróleo, principal produto de exportação do país, havia elevado a arrecadação do Estado e viabilizado, em grande medida, as duas estratégias-chaves da Revolução Cidadã: desenvolvimentismo e transferência de renda (VIGEVANI, 2017). Ambas foram executadas respeitando-se o uso do dólar como moeda corrente, medida instituída no país desde 2000 que o torna altamente sensível aos fluxos do comércio internacional e investimento externo.

A escolha de Moreno como candidato da Alianza PAIS foi realizada em outubro de 2016 e indicava que a maioria do partido concordava que alguma adequação do programa correísta a tempos mais difíceis era necessária. Ao



anunciar Moreno como candidato à sucessão, Rafael Correa demonstrou confiança de que ele estaria à altura da tarefa ao defini-lo como um “compañero leal, íntegro, de cuya convicción revolucionaria estamos seguros” (GONZÁLEZ, 2016, s.p.).

Na eleição de 2017, Moreno saiu vitorioso, mas em 2º turno (que não acontecia desde a eleição de 2006) e com um resultado apertado: 51,16% dos votos válidos, contra 48,84% para Guillermo Lasso, banqueiro de Guayaquil que concorria pela coligação dos partidos Creando Oportunidades (CREO) e Movimento Sociedade Unida Más Acción (SUMA). Lasso representava o anticorreuismo e defendia uma plataforma de redução expressiva de despesas do Estado e de abertura ampla da economia. Além disso, na eleição parlamentar concomitante, o número de assentos obtidos pela Alianza PAIS caiu de 100 para 74 (em um total de 137), o pior resultado da sua história até então, enquanto o de CREO e SUMA, somados, saltou de 11 para 34. Após o anúncio dos resultados, CREO e SUMA questionaram a apuração da eleição presidencial, pediram a recontagem dos votos e organizaram manifestações de rua por duas semanas para consegui-lo, no que receberam apoio do Comitê Empresarial do Equador. O Conselho Nacional Eleitoral fez uma recontagem parcial das atas de votação, porém reiterou a vitória de Moreno.

Diante de um cenário em que as intenções de mudança expressas por Moreno em 2016 e a agenda apresentada pela oposição na eleição pareciam mais convergir do que divergir em conteúdo, esperava-se que o presidente equatoriano, uma vez empossado em maio de 2017, exerceria um papel de moderador da forma como este processo de convergência se daria. Em outras palavras, reduzir a atuação do Estado na economia e abri-la mais às trocas internacionais estava no horizonte tanto do governo quanto da oposição, porém o grau e o ritmo das reformas seriam pautados, por força constitucional, pelo chefe do Poder Executivo, competindo-lhe adequá-los à manutenção, em alguma medida, da Revolução Cidadã prometida. Além disso, Moreno foi nomeado presidente da Alianza PAIS, em substituição a Correa, ainda em maio de 2017, dando-lhe maior margem de manobra para conduzir o diálogo com a oposição.

Contudo, contrariando expectativas do próprio partido, o novo presidente equatoriano assumiu uma postura bastante diferente à da moderação. Desde os primeiros

meses de governo, Moreno passou a emitir fortes críticas à gestão de Correa e dedicou-se a implementar o programa da oposição no sentido de dismantelar a Revolução Cidadã.

Traição, neoliberalismo e acordo com o FMI

Na política econômica, Moreno implementou uma desconstrução do papel econômico do Estado que foi gradualmente se exacerbando com o passar do tempo, pelo que recebeu o apoio contínuo do líder da oposição, Guillermo Lasso, e a acusação reiterada, por Rafael Correa, de ser um traidor dos ideais que o haviam eleito. Em julho de 2017, Moreno usou, pela primeira vez, uma expressão que se tornaria repetida e exemplar da sua ruptura com o correuismo: a de que este não havia deixado a “mesa servida” para ele governar com tranquilidade – ao contrário do que Correa havia dito ao deixar a Presidência –, mas sim que lhe havia legado um Equador em condição econômica sumamente difícil (EL UNIVERSO, 2017). Nos meses seguintes, proliferaram acusações suas de que Correa maquiava dados, cifras, pesquisas e projeções da economia para beneficiar-se.

No primeiro ano de governo, o Ministério da Economia foi ocupado por Carlos de la Torre e, em seguida, María Elisa Viteri, ambos ex-participantes do governo Correa, que executaram uma política de austeridade relativamente moderada, com cortes de salários, benefícios e cargos em alguns setores do Estado (FINANZAS, 2017). Entretanto, a intensidade da austeridade aumentou quando Moreno nomeou para o posto, em maio de 2018, Richard Martinez, até então presidente do Comitê Empresarial do Equador, que permaneceu no governo até novembro de 2020, quando saiu para assumir uma diretoria no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a convite de Mauricio Claver-Clarone, presidente recém eleito da instituição e, até então, conselheiro político do governo Trump, nos Estados Unidos. No lugar de Martinez, até o final do mandato, Moreno nomeou Maurizio Pozo, ex-ministro de Economia do conturbado governo Gutiérrez (2003-2005), marcado por uma forte crise política e econômica após adotar austeridade fiscal, em contrapartida a empréstimos do FMI.

Com Martinez à frente do Ministério da Economia, o governo Moreno executou um plano econômico orientado por um corte radical do déficit público – que deveria passar de 5,64% em 2018 para 2,47% em 2021 –, redução

de investimentos do Estado, privatizações, incentivo ao investimento privado, alívio de dívidas e impostos de empresas, aumento da participação de bancos privados no mercado de crédito e criação de formas de contrato de trabalho menos rígidas (EL COMERCIO, 2018). No intuito de incentivar o investimento privado, também em 2018, o governo conseguiu aprovar uma alteração na “Ley de Hidrocarburos”, formulada no governo Correa para regular a exploração de petróleo. Antes, esta prescrevia que empresas de petróleo, privadas e estrangeiras, apenas poderiam explorá-lo na condição de prestadoras de serviços ao Estado, recebendo um retorno fixo pela atividade. Com a mudança na lei, as petrolíferas passaram a receber uma remuneração do Estado por barril de petróleo extraído, elevando os repasses de recursos públicos a elas (EL MERCURIO, 2018).

A fim de financiar-se externamente, em fevereiro de 2019, o governo anunciou entendimentos com diversos organismos internacionais para receber um total de US\$ 10,2 bilhões em empréstimos, sendo US\$ 4,2 bilhões ofertados apenas pelo FMI e os restantes US\$ 6 bilhões divididos entre Banco Mundial, Banco Europeu de Investimentos, Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Interamericano, CAF e Fundo Latinoamericano de Reservas (XINHUA, 2019). Alguns meses depois, em 1º de outubro, Moreno anunciou um novo pacote de medidas para reduzir gastos públicos e aumentar a arrecadação de impostos, para arcar com o pagamento do crédito contraído. O pacote incluía: o fim de subsídios à gasolina e ao diesel que vigoravam no país havia 40 anos; a ampliação do setor privado na importação e no comércio de combustíveis; cortes de investimentos de empresas públicas e de despesas de seguridade social; redução de pessoal e de salários de parte da máquina estatal; aumento de impostos, por apenas três anos, para empresas com receita anual superior a US\$ 10 milhões; e uma proposta de flexibilização de contratos trabalhistas que seria submetida à Assembleia Nacional (SILVA, 2019). No mesmo dia, Moreno anunciou que o Equador deixaria a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – onde havia ingressado em 2007, por ação de Correa, a fim de fortalecer o poder de barganha coletiva de países do Sul no mercado internacional de energia –, para que as empresas petrolíferas no Equador não precisassem obedecer mais a cotas de exportação definidas pela entidade, de modo

a poderem elevar suas vendas e, com isso, aumentar a arrecadação do Estado (EXAME, 2019).

Reação popular na revolta de outubro de 2019

O corte de subsídios à gasolina e ao diesel, anunciado em 1º de outubro de 2019, levou, no dia seguinte, a um aumento de seus preços nos postos de gasolina, o qual, por sua vez, sofreu um repúdio imediato de parte expressiva da população. Entre 3 e 13 de outubro, dezenas de milhares de manifestantes foram às ruas de várias cidades do Equador em protesto, reivindicando a anulação da medida e criticando os demais itens do pacote de austeridade. Os protestos foram convocados pela “Frente Unitária de Trabalhadores” (FUT) e pela “Confederación de Nacionalidades Indígenas” (CONAIE), que convocaram manifestações graduais e permanentes, até se alcançar uma greve nacional, para derrubar o que chamaram de políticas neoliberais e antipopulares e substituí-las por medidas como redução da taxa de juros dos bancos, concessão de crédito barato à população, programas de assistência técnica e repatriação de capitais (EL MERCURIO, 2019).

O governo Moreno respondeu às ações com repressão desde o primeiro dia da mobilização, decretando um estado de exceção que permitia que militares se juntassem a policiais para combaterem os manifestantes e desbloquearem vias de trânsito. A repressão levou a denúncias, nas redes sociais, de prisões arbitrárias e relatos de violência dos agentes públicos, porém teve êxito em esvaziar a greve feita por entidades de trabalhadores motoristas. Contudo, a CONAIE manteve-se nas ruas e teve sucesso em mobilizar 20 mil indígenas pelo país todo para marcharem em direção a Quito, onde chegaram no dia 9. A concentração em Quito produziu tanto caminhadas pacíficas, quanto ocupações de órgãos públicos, incluindo a Assembleia Nacional e a Controladoria Geral, da qual o governo posteriormente alegou que haviam sido subtraídos documentos de inquéritos relacionados a políticos correistas (DW, 2019).

Um dia antes da chegada da marcha indígena a Quito, Moreno havia transferido o status de capital nacional para a cidade de Guayaquil, conforme permitido legalmente em momentos de crise. Em transmissão feita por rede de comunicação, Moreno, cercado pelo vice-presidente, pelo ministro da Defesa



e pelos chefes das Forças Armadas, afirmou que os protestos estavam sendo orquestrados por Correa de fora do país, em conluio com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, a fim de promover um golpe de Estado. Os governos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru declararam apoio ao presidente equatoriano (VEJA, 2019).

Em 13 de outubro, Moreno cedeu à pressão popular, revogou o fim dos subsídios aos combustíveis, desincentivou o reajuste no preço dos ônibus pelas prefeituras e anunciou um processo de diálogo com os movimentos sociais para discutir a agenda econômica, com mediação feita por representantes da ONU e da Igreja Católica. Contudo, ainda em outubro, Moreno anunciou novos chefes do Exército e do Comando Conjunto das Forças Armadas, os quais, conforme declarado pelo ministro da Defesa, Oswaldo Jarrín (um ex-militar), teriam a missão de combater o que chamou de insurgência no Equador a partir de técnicas antiterroristas aprendidas, durante o governo Moreno, em Israel e na Espanha (EL MERCURIO, 2019b). Na mesma linha de criminalização dos protestos, a ministra de Governo, María Paula Romo, afirmou que estes teriam evidenciado a presença de paramilitares no país e anunciou a investigação sobre a suposta participação de agentes cubanos na sua incitação (ibid., 2019).

Em reação à postura agressiva do governo, a CONAIE não compareceu às reuniões de diálogo, que apenas contaram com participação da FUT. Contudo, o governo não acatou pedidos de reversão da política econômica. Em novembro de 2019, este enviou a lei orçamentária de 2020 para aprovação da Assembleia Nacional, na qual manteve a orientação de austeridade das medidas do início de outubro, mas com uma redução de gastos públicos que seria feita de modo mais gradual (EFE, 2019).

Finalmente, ainda em novembro, confirmando os relatos divulgados em redes sociais durante os dias de protesto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu um relatório em que atestou que o governo Moreno havia usado força desproporcional na repressão contra manifestantes. A partir de entrevistas feitas com 373 pessoas, especialistas do órgão da ONU, convidados ao país pelo próprio governo, contabilizaram 9 mortos, 1.507 feridos (sendo 435 membros das forças de segurança), 100 agressões contra jornalistas (por parte do Estado e de manifestantes) e

1.382 detidos, afirmando que muitas prisões foram feitas de modo arbitrário e sem provas concretas (O GLOBO, 2019). Um ano depois, em novembro de 2020, María Paula Romo foi destituída do cargo de ministra de Governo pela Assembleia Nacional, acusada de violar leis humanitárias durante a repressão (EL UNIVERSO, 2020c).

Pandemia de Covid-19 e reforço da política econômica

Nem mesmo durante a pandemia de Covid-19, que perpassou o mandato presidencial de março de 2020 até o seu final, houve recuo nas medidas de austeridade, que agravaram a crise econômica decorrente da crise sanitária. O governo Moreno decretou estado de exceção por calamidade pública em 11 de março de 2020, seguindo, em poucas horas, a classificação da Covid-19 como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. O país contava então com 17 casos e nenhuma morte. Um decreto emitido cinco dias depois dispôs a criação de uma quarentena comunitária obrigatória por 60 dias prorrogáveis (que foram, em junho, prorrogados mais uma vez, até 13 de setembro); a suspensão dos direitos de liberdade de trânsito, reunião e associação; a instituição de um toque de recolher; a possibilidade de emprego da polícia nacional e das Forças Armadas para implementar ações relacionadas ao combate da doença; a substituição de jornadas de trabalho presencial nos setores público e privado por modalidades de teletrabalho; a suspensão de prazos em processos judiciais e administrativos; e a provisão de “recursos suficientes” para atender a situação de exceção pelo Ministério de Economia (EQUADOR, 2020, p. 17).

A rapidez do governo em dispor normas sanitárias não foi acompanhada, porém, da disponibilização dos recursos econômicos prometidos para viabilizar ações públicas de controle do contágio e para dar meios de subsistência à população (em grande parte, trabalhadora informal) que deveria ficar em quarentena. Para tanto, contribuiu o cenário de queda no preço internacional do petróleo, que teve a demanda contraída devido à desaceleração econômica no mundo todo. Neste contexto de restrição à entrada de dólares, o governo buscou, novamente, empréstimos de entidades internacionais e obteve, entre março e maio de 2020, cerca de US\$ 4 bilhões, sendo US\$ 1,4 bilhão do Banco Comercial e Industrial da China, US\$ 1 bilhão

do Banco de Desenvolvimento da China, US\$ 643 milhões de um fundo emergencial do FMI, US\$ 506 milhões do Banco Mundial e US\$ 400 milhões do CAF (EL TELÉGRAFO, 2020; 2020b; EL COMERCIO, 2020b).

Em abril de 2020, Moreno anunciou o envio de um projeto de lei à Assembleia Nacional para criar dois tipos de impostos: um incidiria sobre grandes empresas, com receitas superiores a US\$ 1 milhão por ano, que seriam repassados a pequenos empresários; outro incidiria sobre indivíduos com renda acima de US\$ 500 mensais, que seriam destinados a um bônus mensal de US\$ 60 a famílias carentes (para comparação, o salário mínimo mensal no país, à época, era de US\$ 400). A ideia sofreu críticas tanto da “Cámara de Industrias y Producción” (CIP), associação patronal contrária ao primeiro imposto e favorável a mais cortes de gasto público, quanto da “Frente Unitario de Trabajadores” (FUT), contrária ao segundo imposto e favorável a uma moratória da dívida externa (EL COMERCIO, 2020). Após um mês de discussão na Assembleia Nacional, o governo fracassou em alcançar um acordo e retirou a proposta. Mesmo sem receita extra, o chamado “Bono de Protección Familiar” de US\$ 60 para famílias carentes foi implementado entre 2020 e 2021.

O que o governo efetivamente conseguiu aprovar na Assembleia, em maio de 2020, foi a chamada “Ley de Apoyo Humanitario”, vigente durante o estado de exceção, que permitiu mudanças de contrato de trabalho negociadas diretamente entre empregador e empregado, regulamentou o trabalho virtual, estipulou linhas baratas de crédito bancário, permitiu renegociações de dívidas de pessoas físicas, proibiu o aumento de preços de serviços básicos, reduziu a tarifa de energia elétrica para a população mais carente e vetou expulsões de escolas, moradias e seguridade social por falta de pagamento de mensalidade, aluguel ou contribuição (METRO, 2020).

Sem obter um aumento de impostos, não podendo emitir moeda própria e tendo que oferecer novas garantias de pagamento aos credores externos, dada a redução de arrecadação prevista na “Ley de Apoyo Humanitario”, Moreno, anunciou, ainda em maio de 2020, cortes do orçamento previsto para todas as instituições públicas entre 10% a 15% e reduções de jornada de trabalho e salário do funcionalismo do poder Executivo e de professores da educação básica e universitária (EL UNIVERSO, 2020b). Em protesto contra as medidas de austeridade,

ocorreu, no dia 25 de maio de 2020, uma nova onda nacional de manifestações, organizadas por sindicatos, movimentos sociais e entidades estudantis, nas cidades de Quito, Guayaquil, Cuenca, Latacunga, Ibarra, Machala, Urcuquí, Quevedo, entre outras. Todavia, a ação foi menor em tamanho do que a de outubro de 2019, especialmente porque os movimentos indígenas, protagonistas daquela, tiveram menor adesão, dado o receio da exposição destes povos ao novo coronavírus (EL MERCURIO, 2020).

Diante da menor capacidade de resistência popular às medidas de austeridade, o governo sentiu-se confortável para voltar a alterar a política de preços de combustíveis. Em julho de 2020, anunciou um novo método de formulação destes preços, que passaram de fixados a móveis, reajustados mensalmente pelo Estado conforme variações do mercado internacional de petróleo, com os objetivos de reduzir gradualmente o subsídio público, repassar mudanças de preço mais rapidamente das empresas aos consumidores e cumprir com o ajuste fiscal requerido pelo FMI para liberar as parcelas do empréstimo de US\$ 4,2 bilhões (EL COMERCIO, 2020c). A medida agradou tanto ao FMI que este aceitou elevar o valor do empréstimo para US\$ 6,5 bilhões, em acordo assinado em agosto de 2020 e com liberação prevista das parcelas entre 2020 e 2022 (PRIMICIAS, 2020).

A elevação do empréstimo do FMI deveu-se não apenas à necessidade de recursos imediatos pelo governo Moreno para enfrentar a crise sanitária e econômica, mas também como uma medida exigida por fundos privados estadunidenses no processo de renegociação da dívida externa equatoriana detida por eles. Este processo foi conduzido entre julho e agosto de 2020, com mediação do FMI, e permitiu ao Estado adiar o pagamento de US\$ 10 bilhões ao longo dos 5 anos seguintes, sob promessa, aos credores privados, de manutenção da austeridade fiscal (EL MERCURIO, 2020b). Para além desta promessa, o próprio FMI passou a fazer pedidos ao governo para continuar liberando parcelas do seu empréstimo. Em novembro de 2020, solicitou a aprovação de leis, pela Assembleia Nacional, que aumentassem punições contra delitos na administração pública (o que foi feito em dezembro de 2020) e conferissem autonomia ao Banco Central em relação a governos eleitos (o que foi aprovado em abril de 2021) (CNN, 2020; REUTERS, 2021).

Parte dos recursos externos obtidos



pelo governo Moreno durante a pandemia foi utilizada na importação de vacinas contra a Covid-19 produzidas pelos laboratórios Pfizer (Estados Unidos), AstraZeneca (Reino Unido) e Sinovac (China), que passaram a ser aplicadas na população a partir de janeiro de 2021, em uma campanha nacional de vacinação. Até o fim do mandato de Moreno, em 24 de maio de 2021, o Equador registrou 419 mil casos de contaminação e 20 mil mortes por Covid-19 (OWD, 2021). A província com mais casos de infecção, Guayas, tornou-se oficialmente uma zona especial de segurança durante o estado de exceção, pelo que passou a ser administrada pelo governador em conjunto com representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Defesa e da Polícia Nacional, assim como patrulhada por militares para garantir o cumprimento da quarentena (EL UNIVERSO, 2020). Imagens veiculadas na imprensa internacional, em abril de 2020, mostraram cadáveres nas ruas da capital desta província, Guayaquil (principal centro econômico do país), pois o sistema funerário não conseguia removê-los em tempo hábil (GALLÓN, 2020). A explosão de mortos deveu-se a uma subnotificação de contaminações em Guayaquil devido à ausência de testes para diagnóstico da Covid-19, consequência da austeridade fiscal, que levou a uma “crise no setor da saúde, com cortes de recursos e demissões de 2.600 funcionários nos últimos três anos. Parte deles teve de ser recontratada às pressas depois que a pandemia se transformou em tragédia” (COHEN, 2020, s.p.).

Ataques ao correísmo e desmonte da Alianza PAIS

Para além da política econômica, Moreno afastou-se deliberadamente de Correa por meio de uma desqualificação sistemática do antecessor e de seus aliados mais próximos dentro da Alianza PAIS. Desde a campanha eleitoral de 2017, pesavam, contra correístas, diversas denúncias de corrupção envolvendo a Petroecuador, empresa estatal de petróleo, e a Odebrecht, empresa brasileira de infraestrutura que operava no país (GONÇALVES, 2017). Quem alertou as autoridades equatorianas sobre o esquema de corrupção internacional da Odebrecht, em dezembro de 2016, foi o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, segundo o qual a empresa havia pagado cerca de US\$ 33 milhões a membros do governo Correa para ser favorecida em obras públicas, entre 2007

e 2016 (EL COMERCIO, 2016).

Uma vez empossado, Moreno criou, em maio de 2017, a “Frente de Transparencia y Lucha Contra la Corrupción”, grupo composto por personalidades dos setores público e privado, indicadas por ele, que se reuniria semanalmente, de forma voluntária, com o objetivo de formular uma estratégia nacional anticorrupção. No mesmo mês, Walter Solís, ex-ministro do governo Correa, passou a ser alvo de uma investigação por peculato na Corte Nacional de Justiça. Estranhando estas movimentações, Correa classificou-as, naquele momento, como um embarque, “por torpeza o deslealdad”, de membros da Alianza PAIS, funcionários do Executivo, autoridades de controle e juizes no discurso da oposição de que teria havido uma corrupção desenfreada no seu governo, o que teria o objetivo real de buscar troféus políticos (EL UNIVERSO, 2017b, s.p.).

Em julho de 2017, Correa mudou-se para a Bélgica, país natal de sua esposa, Anne Malherbe, onde ficaria pelos quatro anos seguintes. A mudança era anunciada desde a campanha eleitoral, com o objetivo declarado de descansar e também de desmentir críticos que diziam que, se Moreno vencesse, haveria “Lenín en la presidencia, Correa en el poder” (MANETTO, 2017, s.p.). Entretanto, a oposição acusou o ex-presidente de fugir do país para escapar de qualquer investigação e julgamento.

A partir de então, a relação entre Moreno e Correa tornou-se abertamente conflituosa. Em outubro de 2017, Moreno convocou um plebiscito, apoiado pelo líder da oposição, Guillermo Lasso (EFE, 2017), para opinar, entre outros temas, sobre a reformulação do “Consejo de Participación Ciudadana y Control Social” (CPCCS), o fim da reeleição ilimitada a cargos políticos e a perda de direitos políticos de condenados por corrupção. O CPCCS foi instituído na Constituição de 2008 com a atribuição de designar autoridades importantes, como o “Fiscal General” (equivalente ao Procurador-Geral do Ministério Público no Brasil), o “Contralor General” (Controlador-Geral da União, no Brasil) e os integrantes de órgãos eleitorais. Seus membros deveriam ser escolhidos em seleção pública, após serem indicados por organizações sociais. À luz das várias denúncias de corrupção e do parecer da “Frente de Transparencia y Lucha Contra la Corrupción”, Moreno avaliou que o conselho incumbente, com muitos aliados do correísmo, não havia cumprido suas funções

corretamente e que deveria ser substituído por membros que ele enviaria para aprovação da Assembleia Nacional. Uma vez conformado, o novo órgão escolheria as altas autoridades a partir de listas tríplexes enviadas pelo presidente da República. Em relação ao fim da reeleição ilimitada, Moreno declarou que ela favorecia perpetuações no poder e caudilhismos, em um movimento pouco disfarçado para impedir uma recandidatura de Correa no futuro (NOBOA, 2017). Para estimular o voto favorável à perda de direitos políticos por corrupção, Moreno incentivou a imprensa a divulgar mais crimes deste tipo e anunciou uma reforma da “Ley Orgánica de Comunicación” tanto para extinguir um órgão de Estado, criado pelo governo Correa, que supervisionava as atividades da mídia empresarial, quanto para retirar a denominação legal da comunicação como sendo um serviço público (EL UNIVERSO, 2017e).

Correa voltou brevemente ao Equador nos meses finais de 2017 para fazer campanha nas ruas pelo voto contrário às propostas de Moreno. Todavia, no plebiscito realizado em fevereiro de 2018, as propostas receberam uma maioria de votos favoráveis da população e foram posteriormente incorporadas à legislação pela Assembleia Nacional. Logo após o anúncio dos resultados, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA criticou tanto a realização do plebiscito, feito sem a devida consulta de viabilidade constitucional prévia, quanto a destituição dos membros do CPCCS por Moreno, afirmando que esta apenas poderia ser feita, segundo a Constituição, pela Assembleia, de modo que a remoção pelo presidente poderia “gerar riscos para a eficiência do Estado democrático de direito, incluindo princípios da separação de poderes e independência judicial” (O GLOBO, 2018, s.p.).

Entre 2017 e 2018, proliferaram acusações de corrupção contra Correa por parte das autoridades da “Fiscalía General” e da “Contraloría General” do país, tais como: formação de quadrilha para receber propina da Odebrecht em obras públicas, conluio com empresas exploradoras de petróleo para estabelecer um preço de contrato acima do necessário, emissão ilegal de dívida pública disfarçada de venda antecipada de petróleo, realização de voos presidenciais não informados, sonegação de imposto residencial e crime de lesa-humanidade pela repressão a uma greve policial ocorrida em 30 de setembro 2010. O caso de maior impacto envolveu

o sequestro de um político de oposição, Fernando Balda, ocorrido na Colômbia, em 2012, do qual Correa foi acusado de ser o mandante. Em julho de 2018, a juíza do caso, Daniella Camacho, ordenou que Correa se apresentasse para uma audiência. No entanto, o ex-presidente recusou-se a voltar ao país por avaliar que existia “law fare” (perseguição política por meio judicial) contra ele, levada a cabo por Moreno e similar ao ocorrido contra outros líderes da Onda Rosa latino-americana, de modo que avaliava que não teria um julgamento justo (TELESUR, 2018). Camacho então ordenou sua prisão preventiva, o que, na prática, inviabilizou que Correa pisasse no Equador sem ser preso.

A esta altura, os desentendimentos entre Moreno e Correa já haviam se transformado em conflito pessoal. Em junho de 2018, Correa, em entrevista ao jornal espanhol El Diario, explicou, nos seguintes termos, o distanciamento de Moreno (que é paralítico e usa uma cadeira de rodas desde 1998):

“Ha sido un impostor profesional, un lobo disfrazado de cordero, sin convicciones, pero yo creo que también hay algo patológico. Algunas veces las personas que han sufrido una tragedia como la que él sufrió, él era un deportista, le metieron un balazo en la espalda y quedó condenado a una silla de ruedas, guardan una amargura, una frustración con la vida, una frustración hacia los demás que no han sufrido esa desgracia que, cuando tienen poder, deforman esa amargura” (GIL, 2018, s.p.).

No mês seguinte, Moreno revidou e, em entrevista ao principal jornal equatoriano, El Universo, reduziu a Revolução Cidadã, liderada por Correa, a um conjunto de crimes:

“Se llamó revolución, se llamó socialismo del siglo XXI. Que yo sepa el socialismo no engendra dentro de sí secuestros, asesinatos,



solapamiento, inclusive desaparición de personas; corrupción, falta de tolerancia, falta de respeto a la dignidad humana, falta de respeto a los derechos humanos, falta de libertad de expresión. Eso no es bajo ninguna circunstancia socialismo. [...] Ahora se llama revolución a cualquier pendejada” (EL UNIVERSO, 2018, s.p.).

Em setembro de 2020, a Corte Nacional de Justiça do Equador condenou Correa e outras 16 pessoas, entre políticos e empresários, pela participação em um esquema de propina de US\$ 7,5 milhões, ocorrido entre 2012 e 2016, para o favorecimento de várias companhias privadas na contratação de obras públicas e posterior repasse dos valores recebidos à Alianza PAIS. Entre as empresas envolvidas, estava a brasileira Odebrecht. Correa foi condenado a oito anos de prisão e perda de direitos políticos pelo mesmo período, sem os quais ficou impedido de concorrer a cargos públicos e participar de atividades partidárias. Ao contrário dos demais culpados, condenados por “coautoria” no crime, o delito apontado contra Correa foi o de “autoria por instigação”, isto é, ele teria instigado subordinados, presumivelmente, a receberem propina, devido à alta posição que ocupava na hierarquia do Estado. Correa classificou novamente o processo como “law fare”, permeado de irregularidades, e anunciou que recorreria à Corte Interamericana de Justiça, o que, porém, calculou que demoraria oito anos para ser julgado (EFE, 2020). Entrementes, em maio de 2021, o Tribunal de Execuções Penais da Corte Nacional de Justiça deu início ao processo de pedido de extradição de Correa da Bélgica para o Equador.

Denúncias de corrupção contra aliados próximos de Correa também proliferaram, atingindo ex-integrantes da sua administração, como Alecksey Mosquera, Carlos Yannuzzelli, Marcela Aguiñaga, Ramiro González, Carlos Pólit e Ricardo Patiño. O caso de maior relevância foi o de Jorge Glas, vice-presidente de Moreno, acusado de receber propina da Odebrecht quando fez parte do governo Correa. Após o conteúdo da delação de um executivo brasileiro ser vazado à imprensa, Moreno retirou por

decreto, com base em uma prerrogativa que tem por lei, as funções que o vice-presidente mantinha no governo. Em dezembro de 2017, com base em novas informações repassadas por órgãos dos Estados Unidos (CNN, 2017), a Corte Nacional de Justiça considerou Glas culpado das acusações, condenando-o a seis anos de prisão.

Sucessivas substituições de vice-presidente passaram a evidenciar a perda de poder político de Moreno ao longo do tempo. A substituição de Glas foi feita pela Assembleia Nacional a partir de uma lista tríplice enviada pelo presidente equatoriano, tendo sido eleita sua ministra de Desenvolvimento Urbano, María Alejandra Vicuña. Em dezembro de 2018, Vicuña renunciou ao cargo após uma investigação da “Fiscalía General” levantar a suspeita de que ela havia recebido, durante anos, parte dos salários de seus assessores. A partir de uma lista tríplice enviada por Moreno, o escolhido pela Assembleia Nacional para sucedê-la foi Otto Sonnenholzer, empresário do setor de comunicação de Guayaquil, sem filiação partidária e apoiado pelo líder da oposição, Guillermo Lasso (EL COMERCIO, 2018b). Sonnenholzer renunciou ao cargo em julho de 2020 por motivos pessoais e, em um novo processo de eleição pela Assembleia Nacional, María Alejandra Muñoz, inexpressiva diretora nacional de aduanas, foi escolhida em detrimento de María Paula Romo, atuante ministra de Governo.

Este processo de perda de capital político de Moreno refletia a redução da sua base parlamentar de sustentação, em consequência da deterioração da relação com Correa, a qual levou ao desmonte da Alianza PAIS. Em janeiro de 2018, Correa anunciou sua desfiliação do partido que havia criado em 2006, levando consigo seus apoiadores e formalizando uma divisão que já se manifestava no dia-a-dia da Assembleia Nacional. Com isso, Moreno tornou-se mais dependente dos partidos de oposição para governar. Por sua vez, o grupo correista tentou registrar, ao longo de todo o restante do mandato, um novo partido, chamado “Revolución Ciudadana”, porém não teve sucesso, pelo que acusava a Justiça Eleitoral de dificultar o processo, enquanto esta apontava que os requisitos para a nova formação não eram cumpridos (EFE, 2018).

Velhos rumos na política externa

A política externa também foi uma área de contraste marcante do governo Moreno em relação ao de Correa. Na eleição de 2017, o plano de governo proposto por

Moreno prometia pautar-se tanto por uma integração regional que se desse por meio de ALBA, UNASUL e CELAC, quanto por parcerias com países do Sul no nível global. Uma vez empossado, nomeou, para o cargo de chanceler, María Fernanda Espinosa (ex-ministra de Relações Exteriores, em 2007, e de Defesa, entre 2012 e 2014, no governo Correa) e chegou a fazer sua primeira viagem internacional à Nicarágua para comparecer ao XXIII Encontro do Foro de São Paulo, entre partidos das esquerdas latino-americanas, em julho de 2017. Todavia, as articulações criadas durante a Onda Rosa já se encontravam enfraquecidas devido à crise política e econômica na Venezuela e ao advento de governos neoliberais no Brasil (também em crise) e na Argentina. Espinosa deixou o posto de chanceler em junho de 2018 e, daí em diante, refletindo a reconfiguração de forças no plano doméstico, Moreno abandonou as promessas de campanha para atender às preferências da oposição, mais favorável ao alinhamento com a agenda política e econômica dos Estados Unidos que vigorava no Equador antes da era Correa.

Desembarque da Onda Rosa na América Latina

Na política externa regional, em julho de 2018, o governo solicitou à UNASUL que devolvesse ao Equador seu edifício-sede (localizado em Quito) e, em março de 2019, anunciou sua saída do bloco. Moreno declarou que a UNASUL estava paralisada porque havia se contaminado com vícios do socialismo do século XXI (MEZA, 2019). Ademais, em agosto de 2018, o governo retirou o Equador da ALBA e, em sentido ideológico contrário à deste bloco bolivariano, aproximou-se da Aliança do Pacífico. Neste bloco de livre-comércio integrado por Chile, Peru, Colômbia e México, Moreno anunciou a intenção, desde abril de 2017, de elevar o status do Equador de observador para membro pleno. A partir de julho de 2019, o governo trabalhou para cumprir os trâmites de adesão à Aliança do Pacífico, sem, porém, conseguir terminá-la em seu mandato, principalmente devido à inconclusão de um acordo comercial com o México. Finalmente, seu governo preteriu a CELAC em favor da OEA como espaço regional de discussão política.

Além disso, em março de 2019, o Equador foi um dos membros fundadores do Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), cuja Declaração de Santiago o definiu como um espaço regional de

coordenação e cooperação entre países com plena vigência da democracia e proteção dos direitos humanos. A Venezuela foi o único país sul-americano que não foi convidado para integrá-lo, de modo semelhante ao que ocorreu no Grupo de Lima, articulação informal de diálogo, surgida em 2017, entre países americanos contrários à continuidade do governo de Nicolás Maduro na Venezuela. Bolívia, Suriname e Uruguai, cujos governos reconheciam a legitimidade de Maduro, não aderiram ao PROSUL.

No que se refere especificamente à Venezuela, principal aliado do Equador durante o governo Correa, Moreno não apenas desfez tal proximidade, como nunca reconheceu como legítima a eleição que deu um segundo mandato presidencial a Maduro, em maio de 2018. No entanto, não ingressou o Equador no Grupo de Lima e rejeitou a proposta de intervenção militar na Venezuela advogada pelos Estados Unidos no governo Trump, sugerindo, em vez disso, que a OEA mediasse a situação e propusesse um referendo popular para validar ou rejeitar o resultado eleitoral. Além disso, entre 2018 e 2019, Moreno teve sucesso em articular o “Proceso de Quito”: três reuniões ad hoc com cerca de doze países latinoamericanos para trocar informações, experiências e boas práticas na recepção de migrantes venezuelanos, sendo esta recepção financiada pelos Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS, 2019).

A posição relativamente moderada de Moreno em relação ao governo Maduro explica-se pelo fato de a Venezuela ser uma importante investidora no setor de petróleo do Equador. Contudo, em outubro de 2018, o ministro venezuelano de Comunicação, Jorge Rodríguez, acusou Moreno de mentir e exagerar, em discurso feito na ONU, o número de imigrantes venezuelanos presentes no Equador, o que levou o governo equatoriano a expulsar a embaixadora venezuelana no país, Carol Delgado. O gesto foi logo revidado pela Venezuela, que expulsou a Encarregada de Negócios do Equador, Elizabeth Méndez (REUTERS, 2018). Alguns meses depois, em março de 2019, o governo Moreno reconheceu a legitimidade de Juan Guaidó, autoproclamado presidente da Venezuela e apoiado por Washington, em desafio a Maduro (EL MERCURIO, 2019).

O principal aliado regional do governo Moreno foi a Colômbia, governada, durante seu mandato, por Juan Manuel Santos (entre 2017 e 2018) e Iván Duque (2018 a



2021), ambos grandes opositores de Maduro e bastante próximos dos Estados Unidos. Ao longo de 2017, disposições entre Quito e Bogotá foram anunciadas no sentido de combater o narcotráfico transnacional e de criar um fundo binacional para desenvolver a zona de fronteira (EL COMERCIO, 2017). As ações efetivamente saíram do papel em 2018, após ocorrer a explosão de um carro-bomba, no lado equatoriano, que feriu 28 pessoas, sendo metade delas policiais. As autoridades equatorianas classificaram o ataque, jamais antes registrado no Equador, como sendo terrorismo praticado por ex-guerrilheiros das “Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia” (FARC). Em resposta, Moreno e Santos concordaram em enviar 10 mil soldados para a fronteira e criar uma plataforma virtual conjunta de controle de trânsito de pessoas, visando a vigiar o fluxo de migração (EFE, 2018b). Todavia, novos ataques na região ocorreram em 2018: a explosão de uma bomba matou três militares equatorianos, e o sequestro e a morte de três jornalistas e um casal de equatorianos causou grande comoção popular. Como respostas, Moreno desta vez acusou a guerrilha “Ejército de Liberación Nacional” (ELN) de promover terrorismo, decretou estado de exceção em províncias da fronteira, ordenou a atuação conjunta de policiais e militares na área e estabeleceu políticas de cooperação com os Estados Unidos: o envio de policiais e militares para realização de cursos de capacitação no país norte-americano, a retomada de exercícios militares conjuntos que haviam sido cancelados por Correa e o compartilhamento de informações com o Sistema de Cooperação de Inteligência Integral do Comando Militar do Sul das Forças Armadas estadunidenses (EL TELÉGRAFO, 2018; 2018bEFE, 2018d).

Finalmente, em declaração dada em maio de 2021, poucos dias antes de deixar a Presidência, Moreno pediu que, nos seus termos, as democracias da América Latina atuassem de modo mais sincronizado e coordenado contra as ditaduras do socialismo do século XXI (EL MERCURIO, 2021d). No mês seguinte à fala, o governo da Bolívia, presidido por Luis Arce, anunciou a descoberta de documentos que comprovavam que o governo Moreno havia repassado, sem conhecimento público, em novembro de 2019, granadas de gás lacrimogênio e munição para o governo boliviano à época, liderado por Jeanine Áñez. Esta última havia recentemente assumido a Presidência do país após um golpe de Estado, apoiado

por militares, ter destituído Evo Morales. Os equipamentos teriam sido usados no enfrentamento do governo Áñez a protestos contra o golpe, o que levou à morte de 37 manifestantes. O governo Arce classificou a ação como parte de uma cooperação regional para repressão, que teria contado também com a colaboração do governo argentino de Mauricio Macri (EFE, 2021).

Alinhamento aos Estados Unidos

A relação entre o governo Moreno e funcionários de alto escalão de Washington foi de intensa proximidade, em uma reversão completa da tensão prevalecente durante o governo Correa. Ao longo do mandato, Moreno recebeu, em Quito, as visitas do subsecretário do Departamento de Estado para Assuntos Políticos, Thomas Shannon, em 27/02/2018; do dirigente do Comando Militar do Sul, Joseph DiSalvo, e da assessora de política externa deste órgão, Liliana Ayalde, em 26/03/2018; do subsecretário de Defesa para o Hemisfério Ocidental, Sergio de la Peña, em 21/05/2018; do vice-presidente do país, Mike Pence, em 27/06/2018; do novo subsecretário do Departamento de Estado para Assuntos Políticos, David Hale, da subsecretária do mesmo órgão para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Kimberly Breier, em 23/05/2019; e do secretário de Estado, Mike Pompeo, em 20/07/2019. Além disso, Moreno declarava ter uma “muy buena amistad” com o embaixador estadunidense no Equador entre 2016 e 2018, Todd Chapman (EL UNIVERSO, 2017c, s.p.).

Após a visita do vice-presidente estadunidense, Mike Pence, os dois países anunciaram, em agosto de 2018, a criação da “Oficina de Cooperación de Seguridad”, no Equador. O ministro de Defesa do Equador, Oswaldo Jarrín, grande entusiasta de parcerias com o país norte-americano ao longo do mandato, negou tratar-se de uma base militar estadunidense (o que a atual Constituição do país proíbe), mas sim “un lugar en el país para el intercambio de información, al que llegarán estadounidenses por períodos de cuatro o cinco días para trabajar con similares ecuatorianos y luego retornar a su nación” (EL TELÉGRAFO, 2018c, s.p.).

Além disso, em setembro de 2018, Moreno anunciou, após aprovada pela Assembleia Nacional, a substituição da “Secretaria Nacional de Inteligencia” (SENAIN), criada no governo Correa, pelo “Centro de Inteligencia Estratégica”

(CIES), cuja nova estrutura permitiria, nas palavras do decreto presidencial, “renovar la doctrina de inteligencia estratégica y contrainteligencia del Estado ecuatoriano” (XINHUA, 2018, s.p.). O governo Correa havia criado a SENAIN para pôr fim a uma estrutura de inteligência que operava com base na doutrina de segurança nacional da Guerra Fria, com foco em inimigos internos em vez de defesa externa, e era administrada por militares em estreita articulação com os Estados Unidos (EL COMERCIO, 2015). Todavia, opositores do correísmo, como Guillermo Lasso, acusavam a SENAIN de vigiá-los, enquanto militares o criticavam por haver deixado as Forças Armadas e a Polícia Nacional sem informações para trabalhar (EL COMERCIO, 2018c). A proposta do novo CIES de alterar a doutrina de inteligência do Equador ficou clara em janeiro de 2019, quando o Equador lançou uma política de Defesa Nacional (ou “Libro Blanco de Defensa”), que colocava, como novas ameaças ao Estado, os grupos armados irregulares, o narcotráfico e o terrorismo – ou seja, inimigos internos – e, para enfrentá-las, indicava o fortalecimento das capacidades militares (EL TELÉGRAFO, 2019).

Outra medida emblemática da aproximação bilateral ocorreu em abril de 2019, quando Moreno anunciou a revogação do asilo diplomático de Julian Assange. O jornalista estava abrigado na embaixada do Equador no Reino Unido desde 2012, por meio de proteção concedida pelo governo Correa para evitar sua prisão pela Justiça britânica. A decisão de Moreno ganhou ampla repercussão mundial devido à fama conquistada por Assange desde 2006, quando seu site, WikiLeaks, começou a divulgar milhares de documentos secretos que revelavam violações de direitos humanos praticadas por autoridades públicas de diversos países, incluindo Estados Unidos e Reino Unido. Por esta ação, Correa referia-se a Assange como um ativista da liberdade de informação, daí a concessão de asilo. Tão logo foi retirada a proteção do jornalista, autoridades britânicas o prenderam, pondo fim ao gerenciamento do WikiLeaks que ele ainda fazia desde a embaixada.

A revogação do asilo de Assange era outra medida que, na eleição de 2017, havia sido advogada pelo líder da oposição, Guillermo Lasso, enquanto Moreno dizia que ele permaneceria bem-vindo na embaixada em Londres. Embora o governo Moreno tenha tentado negociar efetivamente com o

Reino Unido, ao longo de 2017 e 2018, para permitir que Assange deixasse a embaixada e passasse a viver no Equador como cidadão naturalizado, o governo britânico não aceitou o pedido (EFE, 2018c). Uma mudança de perspectiva de Moreno sobre Assange deu-se em março de 2019, após a origem de uma denúncia de corrupção contra o presidente equatoriano ter sido creditada ao criador do WikiLeaks, que vinha criticando, nas mídias sociais, a aproximação do seu governo em relação aos Estados Unidos. Na ocasião, a imprensa equatoriana reportou que uma empresa offshore do irmão de Moreno havia comprado um imóvel e peças de mobília na Europa para uso do presidente usando dinheiro oriundo de uma conta bancária, no Panamá, de titularidade desconhecida. O caso ficou conhecido como “INA Papers”, pois o nome da offshore era formado pelo final dos nomes das filhas de Moreno: Karina, Irina e Cristina. Paralelamente, fotos pessoais de Moreno, extraídas do seu celular, vazaram na internet. Moreno acusou o WikiLeaks de disseminar informações falsas e de atuar em parceria com Correa para desestabilizar seu governo (EL MERCURIO, 2019c).

Nos meses seguintes à revogação do asilo de Assange, mais dois atos significativos da aproximação entre Equador e Estados Unidos foram anunciados. Em maio de 2019, a Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) voltou a operar no Equador, após ter sido expulsa pelo governo Correa, e anunciou investimentos de US\$ 30 milhões em áreas como migração, meio ambiente e “políticas públicas relacionadas à estrutura e operação do Estado” (TELESUR, 2019, s.p.).

Em seguida, em junho de 2019, o governo Moreno concedeu autorização para que o país norte-americano utilizasse um aeroporto nas ilhas Galápagos para abastecimento em atividades de combate ao tráfico e narcotráfico, especialmente vigilância sobre embarcações que cruzassem o mar territorial equatoriano. Em troca, os Estados Unidos se comprometeram a fazer obras de ampliação no aeroporto. Mais uma vez, o ministro da Defesa, Oswaldo Jarrín, negou que a medida correspondesse à criação de uma base militar estadunidense. Segundo Jarrín, o objetivo principal seria dissuadir a presença recorrente de barcos de pesca ilegal oriundos da China na costa equatoriana (XINHUA, 2019b). Entretanto, em janeiro de 2020, o embaixador do Equador nos Estados Unidos, Francisco Carrión, demitiu-se do



seu cargo, alegando discordar da política estadunidense de sobrevoar o território do Equador sem haver um acordo formalizado para tanto, o que violaria a soberania do país (EFE, 2020b).

O maior símbolo da aproximação bilateral ocorreu em fevereiro de 2020, quando Moreno fez uma viagem oficial a Washington e encontrou-se com Donald Trump. Presidentes dos dois países não se encontravam havia 17 anos, desde que Lúcio Gutierrez e George W. Bush o fizeram, em 2003. No comunicado oficial emitido após a visita, Moreno e Trump prometeram, entre outros itens, cooperação no desenvolvimento da conexão 5G e da defesa cibernética (ESTADOS UNIDOS, 2020).

O governo Moreno sempre justificou a intenção de estreitar a relação com os Estados Unidos pela necessidade de obter dólares, via comércio e investimento, para melhorar a economia do país. No entanto, apesar da melhoria da relação política, houve uma dificuldade em transformá-la em ganhos econômicos. O governo Moreno perseguiu a formulação de um acordo de livre-comércio e chegou a ativar um “Consejo Comercial Bilateral” para reuniões em Washington, em 2018 (EFE, 2018e). Todavia, as negociações pouco avançaram, dada a política de maior protecionismo comercial adotada pelo governo Trump. Somente em dezembro de 2020, os dois países assinaram o que chamaram de “Acordo Comercial de Primeira Fase”, nome pomposo para um texto que previa, em síntese, facilitações burocráticas nas aduanas (EQUADOR, 2020).

Posição dúbia com a China

A relação do Equador com a China foi marcada por uma dubiedade: na área da defesa, o governo Moreno adotou uma postura de forte crítica contra a pesca ilegal chinesa na costa do país, porém, em matéria de economia, ambos os países selaram entendimentos expressivos de cooperação.

Episódios de desentendimentos sobre a pesca ocorreram em diversos momentos ao longo dos quatro anos de mandato, mas o principal se deu em agosto de 2017, quando a Marinha equatoriana apreendeu embarcações chinesas que faziam pesca ilegal nas imediações da sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), perto das Ilhas Galápagos, e prendeu pescadores chineses temporariamente (EL UNIVERSO, 2017d). O episódio fez autoridades do Equador, da Colômbia, do Panamá e da Costa Rica

acordarem a criação de um corredor de conservação abrangendo seus mares do Pacífico, com o objetivo oficial de controlar e vigiar a pesca (EL COMERCIO, 2017). Além disso, o governo equatoriano passou a estudar a ampliação da plataforma continental do país para além de 200 milhas, conformando um comitê governamental especialmente para tratar do assunto e enviar o pedido ao órgão competente da ONU. A mudança permitiria dar uma unidade territorial do país até as Ilhas Galápagos e ampliar a área oficial de obtenção de recursos minerais em alto-mar, especialmente petróleo (EL TELÉGRAFO, 2018d).

Por outro lado, na área econômica, China e Equador assinaram, em outubro de 2017, um acordo para construção de dois hospitais na província de Manabí por US\$ 90 milhões, doados por Pequim (EQUADOR, 2017). Mas o maior gesto de cooperação ocorreu em dezembro de 2018, quando Moreno fez uma visita de Estado de três dias a Pequim e assinou dez acordos em vários setores com seu homólogo, Xi Jinping. Os entendimentos prometeram render, pelos seis anos seguintes, quase US\$ 1 bilhão em investimentos da China ao Equador, uma vez que este passou oficialmente a integrar a Nova Rota da Seda, projeto do governo Xi para promover investimentos em infraestrutura em diversos países do mundo (ECUAVISA, 2018). Além disso, em novembro de 2019, o Equador formalizou sua adesão ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), capitaneado pela China (EL TELÉGRAFO, 2019). Finalmente, durante a pandemia, conforme mencionado anteriormente, a China foi o país que concedeu o maior empréstimo bilateral ao Equador, via dois bancos estatais, no valor de US\$ 2,4 bilhões, a ser pago com barris de petróleo equatoriano.

Considerações finais

Lenín Moreno chegou ao final do seu mandato, em maio de 2021, com uma taxa de rejeição ao seu governo de 82,1% da população e uma taxa de credibilidade na sua palavra de meros 6,6%. Segundo a pesquisa de opinião pública feita pela empresa Cedatos, 1/3 da população estava insatisfeita, sobretudo, com a situação da economia (EL UNIVERSO, 2021b). O próprio ministro da Economia dos últimos meses do governo, Maurizio Pozo, classificou 2020 como o pior ano da economia nacional devido à crise de Covid-19, com uma queda de -7,8% do PIB, o que deu sequência



a três anos de crescimento econômico baixo – 2,4% em 2017, 1,3% em 2018 e 0 em 2019 – e fez saltar as taxas de pobreza – de 25% para 32,4%, entre 2019 e 2020 – e extrema-pobreza – de 8,9% para 14,9%, também entre 2019 e 2020 (EL MERCURIO, 2021).

Tamanho impopularidade levou Moreno a não disputar a reeleição. Na eleição presidencial de fevereiro de 2021, a Alianza PAIS foi representada por Ximena Peña, parlamentar na Assembleia Nacional, que recebeu apenas 1,5% dos votos no 1º turno, ficando em 9º lugar. Além disso, na eleição simultânea para renovar o órgão parlamentar, a Alianza PAIS não elegeu nenhum congressista. Estes resultados deixaram evidente a desestruturação do partido após a saída do grupo ligado a Rafael Correa. Por sua vez, os correistas, na falta de uma nova legenda aprovada pela Justiça, tiveram de improvisar uma filiação em massa ao já existente partido Centro Democrático para disputar as eleições. Mesmo assim, tiveram êxito em eleger a maior bancada da Assembleia Nacional para o período 2021-2025, enquanto seu candidato a presidente, Andrés Arauz, terminou em 2º lugar.

A eleição presidencial foi vencida por Guillermo Lasso, que, assim como em 2017, disputou o pleito pelo partido CREO. O banqueiro, contínuo defensor da agenda de Moreno entre 2017 e 2021, recebeu o apoio de Moreno contra Arauz e conseguiu atrair para si, no 2º turno da eleição, a maioria dos votos que haviam ido para o 3º lugar do 1º turno, Yaku Pérez, que concorria pelo partido Pachakutik, ligado a CONAIE. O resultado, inédito na história do Pachakutik, salientou o crescimento do poder político das comunidades indígenas, impulsionado pelos protestos de outubro de 2019, e reiterou a desaprovação de parte expressiva deste eleitorado indígena ao correísmo, dada a relação tensa que houve entre CONAIE e Correa durante seu governo, sobretudo devido a projetos de exploração mineral e prisões de lideranças indígenas.

Na reta final do governo Moreno, algumas semanas após o 1º turno da eleição presidencial, uma briga entre facções prisionais, ligadas ao narcotráfico mexicano, levou ao assassinato de 79 pessoas em quatro prisões do Equador (PRIMICIAS, 2021). O massacre, nunca antes visto na história do país, evidenciou mais uma consequência da austeridade fiscal: a falta de investimento público no sistema prisional, onde 67 prisões, com capacidade total para 29 mil presos, abrigam 38 mil (EL UNIVERSO, 2021). Em

resposta ao episódio, Moreno reconheceu a falta de investimentos, porém, como de praxe, terceirizou a culpa para Correa, acusando-o de facilitar a expansão do narcotráfico no Equador quando fechou, em 2009, a base área de Manta, mantida pelos Estados Unidos (EL MERCURIO, 2021b).

Em maio de 2021, Moreno teve um de seus últimos eventos enquanto presidente: participou do “Foro para la Defensa de la Democracia”, em Miami, realizado pelo “Interamerican Institute for Democracy”, organização presidida por ex-prefeitos daquela cidade e ligados à comunidade cubana anticastrista. Ao seu lado, estavam apenas presidentes conservadores da região: Mario Abdo Benítez, do Paraguai; Nayib Bukele, de El Salvador; e Carlos Alvarado Quesada, da Costa Rica. Na ocasião, Moreno deu uma declaração que se tornou polêmica, mas também emblemática para entender os rumos de menos democracia e mais dependência que deu ao seu governo. Contou ele que, um dia, “una persona [...] me dijo: ‘ojalá tuviéramos un mejor presidente’. Yo le dije: ‘ojalá tuviera yo un mejor pueblo’” (EL MERCURIO, 2021c, s.p.). Em agosto de 2021, Moreno mudou-se para os Estados Unidos.

Referências

CNN. Sentencian a 6 años de prisión al vicepresidente suspendido de Ecuador Jorge Glas. CNN, 13/12/2017. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2017/12/13/jorge-glas-odebrecht-ecuador-sentencian-a-6-anos-de-prision/>. Acesso em 20/09/2021.

_____. Asamblea de Ecuador aprueba reformas anticorrupción para asegurar préstamos del Fondo Monetario Internacional. CNN, 16/12/2020. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2020/12/16/asamblea-de-ecuador-aprueba-reformas-anticorrupcion-para-asegurar-prestamos-del-fondo-monetario-internacional/>. Acesso em 28/09/2021.

COHEN, Sandra. Entenda por que o sistema hospitalar e os necrotérios entraram em colapso no Equador. G1, 15/04/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2020/04/15/entenda-por-que-o-sistema-hospitalar-e-os-necrotérios-entraram-em-colapso-no-equador.ghtml>. Acesso em 19/09/2021.



DW. Ecuador: tras ataque a Contraloría, organismos judiciales suspenden actividades. DW, 08/10/2019. Disponível em: <https://www.dw.com/es/ecuador-tras-ataque-a-contralor%C3%ADa-organismos-judiciales-suspenden-actividades/a-50741523>. Acesso em 15/09/2021.

ECUAVISA. Ecuador y China suscriben 10 acuerdos de cooperación. Ecuavisa, 10/12/2018. Disponível em: <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/ecuador-china-suscriben-10-acuerdos-cooperacion-LBEC438311>. Acesso em 24/09/2021.

EFE. El opositor Lasso promoverá un movimiento ciudadano en busca de una consulta en Ecuador. EFE, 09/09/2017. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/usa/america/el-opositor-lasso-promovera-un-movimiento-ciudadano-en-busca-de-una-consulta-ecuador/50000103-3374522>. Acesso em 20/09/2021.

_____. El CNE vuelve a negar registro de partido de Correa como "Revolución Ciudadana". EFE, 24/01/2018. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/politica/el-cne-vuelve-a-negar-registro-de-partido-correa-como-revolucion-ciudadana/20000035-3501838>. Acesso em 23/09/2021.

_____. (b). Colombia y Ecuador refuerzan su integración y la labor conjunta en la frontera. EFE, 15/02/2018. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/politica/colombia-y-ecuador-refuerzan-su-integracion-la-labor-conjunta-en-frontera/20000035-3525336>. Acesso em 21/09/2021.

_____. (c). Correa dice que la ciudadanía a Assange no convencerá al Reino Unido para que salga. EFE, 18/01/2018. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/mundo/correa-dice-que-la-ciudadania-a-assange-no-convencera-al-reino-unido-para-salga/20000012-3496845>. Acesso em 23/09/2021.

_____. (d). Ecuador formará parte de un sistema de cooperación e inteligencia. EFE, 06/09/2018. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/politica/ecuador-formara-parte-de-un-sistema-cooperacion-e-inteligencia/20000035-3741801>. Acesso em 24/09/2021.

_____. (e). Ecuador y EE.UU. retoman el miércoles el diálogo en el Consejo Comercial Bilateral. EFE, 13/11/2018. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/economia/ecuador-y-ee-uu-retoman-el-miercoles-dialogo-en-consejo-comercial-bilateral/20000011-3811778>. Acesso em 24/09/2021.

_____. El presidente de Ecuador le pide al Parlamento 31.469 millones de dólares para 2020. EFE, 01/11/2019. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/economia/el-presidente-de-ecuador-le-pide-al-parlamento-31-469-millones-dolares-para-2020/20000011-4100779>. Acesso em 15/09/2021.

_____. Rafael Correa apelará la condena de Ecuador por cohecho ante el Sistema Interamericano. EFE, 12/09/2020. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/politica/rafael-correa-apelara-la-condena-de-ecuador-por-cohecho-ante-el-sistema-interamericano/20000035-4341400>. Acesso em 20/09/2021.

_____. (b). Dimite el embajador de Ecuador en EE.UU. por discrepancias sobre los vuelos antinarcóticos. EFE, 08/01/2020. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/politica/dimite-el-embajador-de-ecuador-en-ee-uu-por-discrepancias-sobre-los-vuelos-antinarcoticos/20000035-4145360>. Acesso em 27/09/2021.

_____. Bolivia pide ayuda a Ecuador en el caso de material antidisturbio dado a Áñez. EFE, 13/06/2021. Disponível em: <https://www.efecom.com/efe/america/politica/bolivia-pide-ayuda-a-ecuador-en-el-caso-de-material-antidisturbio-dado-anez/20000035-4561027>. Acesso em 29/09/2021.

EL COMERCIO. Correa: 'En la Senain, ese búnker de los Isaías, hay una unidad permanente de Fiscalía que autoriza cualquier acción'. El Comercio, 18/07/2015. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/rafaelcorrea-senain-lumbisi-crimenorganizado-inteligencia.html>. Acesso em 24/09/2021.

_____. Odebrecht pagó USD 33,5 millones en sobornos a funcionarios del Gobierno, según el Departamento de Justicia



de los EE.UU.El Comercio, 02/12/2016. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/odebrecht-sobornos-ecuador-justicia.html>. Acesso em 29/09/2021.

_____. Colombia y Ecuador fortalecen estrategias para combatir crimen trasnacional. El Comercio, 10/08/2017. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/colombia-ecuador-estrategias-crimen-trasnacional.html>. Acesso em 23/09/2021.

_____. (b). Ecuador, Costa Rica, Colombia y Panamá buscan crear un corredor de protección marina. El Comercio, 05/09/2017. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/tendencias/ambiente/tarsiciogranizo-ecuador-creacion-corredor-proteccionmarina.html>. Acesso em 23/09/2021.

_____. Cuatro ejes y 14 medidas abarca el plan económico de Lenín Moreno. El Comercio, 02/04/2018. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/medidas-plan-economico-leninmoreno-ecuador.html>. Acesso em 15/09/2021.

_____. (b). Guillermo Lasso propone a su bloque legislativo apoyar a Otto Sonnenholzner para la Vicepresidencia del Ecuador. El Comercio, 06/12/2018. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/lasso-propone-apoyo-sonnenholzner-vicepresidente.html>. Acesso em 20/09/2021.

_____. (c). Lenín Moreno decide cerrar la Senain. El Comercio, 19/03/2018. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/leninmoreno-eliminacion-senain-inteligencia-austeridad.html>. Acesso em 24/09/2021.

_____. Sindicatos y empresarios rechazan plan de contribución anticrisis en Ecuador. El Comercio, 12/04/2020. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/sindicatos-empresarios-rechazo-medidas-covid19.html>. Acesso em 16/09/2021.

_____. (b). Ecuador recibirá créditos de China por USD 2 400 millones entre junio y octubre del 2020; la próxima semana arranca renegociación de bonos. El Comercio, 29/05/2020. Disponible em:

<https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/ecuador-creditos-china-economia-deuda.html>. Acesso em 28/09/2021.

_____. (c). Ecuador pone en marcha banda de precios con ajuste en el precio al diesel. El Comercio, 10/07/2020. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/banda-precios-ajuste-diesel-petroecuador.html>. Acesso em 16/09/2021.

EL MERCURIO. Ecuador retoma contratos petroleros com privados. El Mercurio, 14/07/2018. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2018/07/14/ecuador-retoma-contratos-petroleros-con-privados/>. Acesso em 15/09/2021.

_____. Sindicatos e indígenas harán movilización gradual y permanente tras anuncio de medidas. El Mercurio, 03/10/2019. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/10/03/sindicatos-e-indigenas-haran-movilizacion-gradual-y-permanente-tras-anuncio-de-medidas/>. Acesso em 15/09/2021.

_____. (b). El ministro de defensa Oswaldo Jarrín dice que en el país hay insurgencia. El Mercurio, 22/10/2019. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/10/22/el-ministro-de-defensa-oswaldo-jarrin-dice-que-en-el-pais-hay-insurgencia/>. Acesso em 15/09/2021.

_____. (c). Guaidó dice en Ecuador que no sólo busca ayuda sino democracia. El Mercurio, 02/03/2019. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/03/02/guaido-dice-en-ecuador-que-no-solo-busca-ayuda-sino-democracia-y-libertad/>. Acesso em 24/09/2021.

_____. Ecuatorianos desafían al gobierno y al Covid-19 para protestar en las calles. El Mercurio, 25/05/2020. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2020/05/25/ecuatorianos-desafian-al-gobierno-y-al-covid-19-para-protestar-en-las-calles/>. Acesso em 16/09/2021.

_____. (b). Ecuador alcanza la mayoría necesaria para renegociar los bonos de la deuda externa. El Mercurio, 03/08/2020. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2020/08/03/ecuador-alcanza-la-mayoria-necesaria-para-renegociar-los-bonos-de-la-deuda-externa/>. Acesso em 16/09/2021.



_____ (c). El gobierno denuncia ante la ONU violación a la privacidad de Lenín Moreno. El Mercurio, 02/04/2020. Disponible em: <https://ww2.elmercurio.com.ec/2019/04/02/el-gobierno-denuncia-ante-la-onu-violacion-a-la-privacidad-de-lenin-moreno/>. Acesso em 24/09/2021.

_____. Ministro dice que 2020 fue «el peor año» para la economía de Ecuador. El Mercurio, 29/04/2021. Disponible em: <https://elmercurio.com.ec/2021/04/29/ministro-dice-que-2020-fue-el-peor-ano-para-la-economia-de-ecuador/>. Acesso em 29/09/2021.

_____ (b). Presidente Moreno denuncia 'coincidencias' en masacre carcelaria que dejó 79 internos asesinados. El Mercurio, 24/02/2021. Disponible em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/presidente-moreno-coincidencias-masacre-carcelaria.html>. Acesso em 29/09/2021.

_____ (c). «Ojalá yo tuviera un mejor pueblo», la queja de Moreno en el foro de la Democracia. El Mercurio, 05/05/2021. Disponible em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/05/moreno-pide-a-lideres-democraticos-cerrar-filas-en-defensa-de-la-democracia/>. Acesso em 29/09/2021.

_____ (d). Moreno confiesa en foro que pensó en la opción de renunciar. El Mercurio, 05/05/2021. Disponible em: <https://elmercurio.com.ec/2021/05/05/moreno-confiesa-en-foro-que-penso-en-la-opcion-de-renunciar/>. Acesso em 29/09/2021.

EL TELÉGRAFO. Gobierno y EE.UU. trabajan en el fortalecimiento de la Policía. El Telégrafo, 03/03/2018. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/gobierno-y-ee-uu-trabajan-en-el-fortalecimiento-de-la-policia>. Acesso em 21/09/2021.

_____ (b). Ecuador volverá a las maniobras Unidas de Estados Unidos. El Telégrafo, 22/06/2018. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/ecuador-maniobras-unidas-eeuu>. Acesso em 24/09/2021.

_____ (c). EE.UU. y Ecuador tendrán oficina de cooperación en seguridad. El Telégrafo, 02/08/2018. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/>

judicial/12/defensa-ecuador-inteligencia. Acesso em 24/09/2021.

_____ (d). Ecuador busca ampliar plataforma continental más allá de 200 millas náuticas. El Telégrafo, 12/02/2018. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/ecuador/1/ecuador-busca-ampliar-plataforma-continental-mas-alla-de-200-millas-nauticas>. Acesso em 23/09/2021.

_____. Ecuador presenta su política de Defensa Nacional. El Telégrafo, 09/01/2019. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/lanzamiento-libroblanco-defensa-ecuador>. Acesso em 24/09/2021.

_____ (b). Canciller de Ecuador se reunió con vicepresidente chino y formalizó adhesión al BAII. El Telégrafo, 01/11/2019. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/ecuador-adhesion-baii-china>. Acesso em 27/09/2021.

_____. Lenín Moreno: "Debemos empezar a oxigenar la economía". El Telégrafo, 30/03/2020. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/economia/4/lenin-moreno-oxigenar-economia>. Acesso em 16/09/2021.

_____ (b). Ecuador consigue créditos externos con plazo de pago entre 5 y 28 años. El Telégrafo, 09/05/2020. Disponible em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/economia/4/ecuador-creditos-externos-plazo?>. Acesso em 16/09/2021.

EL UNIVERSO. A Lenín Moreno le toca pagar 'consumo' de una mesa que no estaba 'servida'. El Universo, 12/07/2017. Disponible em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/07/16/nota/6281869/moreno-le-toca-pagar-consumo-mesa-que-no-estaba-servida/>. Acesso em 15/09/2021.

_____ (b). Rafael Correa critica a Alianza PAIS, y antes lo hizo al Gobierno. El Universo, 13/06/2017. Disponible em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/06/13/nota/6229555/rafael-correa-critica-ap-antes-hizo-gobierno/>. Acesso em 20/09/2021.

_____ (c). En primer día de labores, el presidente Lenín Moreno anuncia acercamiento a Estados Unidos. El Universo, 25/05/2017. Disponible em: <https://>



www.eluniverso.com/noticias/2017/05/25/nota/6200329/primer-dia-labores-presidente-lenin-moreno-anuncia-acercamiento/. Acesso em 23/09/2021.

_____. (d). Cualquier nave que pesque ilegalmente en Ecuador será detenida, asegura Lenín Moreno. El Universo, 21/08/2017. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/08/21/nota/6342538/cualquier-nave-que-pesque-ilegalmente-ecuador-sera-detenido-asegura/>. Acesso em 23/09/2021.

_____. (e). Lenín Moreno: No se puede convertir a los medios de comunicación en herramientas de propaganda del Gobierno. El Universo, 30/10/2017. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/10/30/nota/6459442/lenin-moreno-no-se-puede-convertir-medios-comunicacion-herramientas/>. Acesso em 23/09/2021.

_____. Lenín Moreno dice que le gustaría que Rafael Correa “no vaya preso, que sea inocente”. El Universo, 05/08/2018. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/nota/6893456/lenin-moreno-dice-que-le-gustaria-que-rafael-correa-no-vaya-preso-que-sea>. Acesso em: 17/01/2019.

_____. Toda la provincia del Guayas declarada como zona especial de seguridad ante embate del coronavirus. El Universo, 23/03/2020. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2020/03/23/nota/7793040/toda-provincia-guayas-declarada-como-zona-especial-seguridad-ante/>. Acesso em 16/09/2021.

_____. (b). Con 6 horas diarias de trabajo, salarios de servidores públicos del Ejecutivo bajarán entre 16,6% y 8,3%. El Universo, 05/05/2020. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2020/05/19/nota/7845414/salarios-servidores-publicos-ejecutivo-bajaran-166-83>. Acesso em 16/09/2021.

_____. (c). María Paula Romo con 104 votos fue censurada y destituida... El Universo, 24/11/2020. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2020/11/24/nota/8060701/censura-destitucion-ministra->

gobierno-maria-paula-romo-uso-bombas. Acesso em 28/09/2021.

_____. En trece años la población penitenciaria se triplicó en el Ecuador. El Universo, 19/03/2021. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/seguridad/en-trece-anos-la-poblacion-penitenciaria-se-triplico-en-el-ecuador-nota/>. Acesso em 28/09/2021.

_____. (b). Cedatos: Lenín Moreno cierra su Gobierno con baja aprobación. El Universo, 22/05/2021. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/politica/cedatos-lenin-moreno-cierra-su-gobierno-con-baja-aprobacion-nota/>. Acesso em 29/09/2021.

EQUADOR. China y Ecuador firman convenio de cooperación para la construcción de 2 hospitales en Manabí. Ministerio de Salud, 11/09/2017. Disponível em: <https://www.salud.gob.ec/china-y-ecuador-firman-convenio-de-cooperacion-para-la-construccion-de-2-hospitales-en-manabi/>. Acesso em 29/09/2021.

_____. Decreto presidencial n. 1017. Publicado em 16/03/2020. Disponível em: https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2020/03/Decreto_presidencial_No_1017_17-Marzo-2020.pdf. Acesso em 16/09/2021.

_____. Ecuador y Estados Unidos firmarán Acuerdo de Primera Fase. Ministerio de Producción..., 2020. Disponível em: <https://www.produccion.gob.ec/ecuador-y-estados-unidos-firmaran-acuerdo-de-primera-fase/>. Acesso em 28/09/2021.

ESTADOS UNIDOS. Comunicado Conjunto Reunión del Diálogo Político Ampliado Bilateral Ecuador-Estados Unidos. Embaixada dos Estados Unidos em Quito, 22/05/2019. Disponível em: <https://ec.usembassy.gov/es/dialogo-politico-bilateral-ecuador-estados-unidos-comunicado-conjunto/>. Acesso em 27/09/2021.

_____. United States Bolsters Ties with Ecuador; Improves Prosperity, Security, and Democracy. Embaixada dos Estados Unidos em Quito, 12/02/2020. Disponível em: <https://ec.usembassy.gov/united-states-bolsters-ties-with-ecuador-improves-prosperity-security-and-democracy/>. Acesso em 27/09/2021.



EXAME. Equador vai se retirar da Opep em janeiro de 2020. Exame, 01/10/2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/equador-vai-se-retirar-da-opep-em-janeiro-de-2020/>. Acesso em 15/09/2021.

FINANZAS. Gobierno de Ecuador emite decreto de austeridad y optimización gasto público. Finanzas, 07/09/2017. Disponível em: https://www.finanzas.com/coyuntura/gobierno-de-ecuador-emite-decreto-de-austeridad-y-optimizacion-gasto-publico_13683421_102.html. Acesso em 23/09/2021.

GALLÓN, Natalie. Bodies are being left in the streets in an overwhelmed Ecuadorian city. CNN, 04/04/2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/04/03/americas/guayaquil-ecuador-overwhelmed-coronavirus-intl/index.html>. Acesso em 16/09/2021.

GIL, Andrés. “Están utilizando armas fuera de la democracia y de los derechos humanos para que no vuelvan los proyectos progresistas a América Latina”. El Diario, 24/06/2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/internacional/correa-utilizando-progresistas-america-latina_128_2066393.html. Acesso em 24/09/2021.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. Eleições presidenciais no Equador: um ponto fora da curva? Boletim OPISA, n. 1, jan./mar. 2017.

GONZÁLEZ, Mario Alexis. Alianza País confirma que su binomio es Lenín Moreno – Jorge Glas. El Comercio, 01/10/2016. Disponível em: elcomercio.com/actualidad/politica/correa-anuncia-binomio-alianzapais-morenoglas.html. Acesso em 13/09/2021.

MANETTO, Francisco. Correa admite segundo turno no Equador e avisa: “Lutaremos contra a direita mundial”. El País, 21/02/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/internacional/1487795551_039050.html. Acesso em 13/09/2021.

METRO. Los artículos que se aprobaron en la Ley Humanitaria. Metro, 12/05/2020. Disponível em: <https://www.metroecuador.com.ec/ec/noticias/2020/05/15/los-articulos->

[se-aprobaron-la-ley-humanitaria.html](https://www.metroecuador.com.ec/ec/noticias/2020/05/15/los-articulos-se-aprobaron-la-ley-humanitaria.html). Acesso em 16/09/2021.

MEZA, André. Ecuador se retira de Unasur por su “falta de operatividad”, dice Lenín Moreno. France24, 14/03/2019. Disponível em: <https://www.france24.com/es/20190314-unasur-lenin-latinoamerica-ecuador-kirchner>. Acesso em 21/09/2021.

MORENO, Lenín. Mensagem a Alianza PAÍS. 30/03/2016. Disponível em: https://www.elcomercio.com/uploads/files/2016/04/01/CARTA_LENIN_MORENO_A_DIRECTIVA_AP_MARZO_2016.pdf. Acesso em 13/09/2021.

NOBOA, Adriana. El presidente Lenín Moreno analiza la opción de una consulta popular. El Comercio, 04/09/2017. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/politica/leninmoreno-consultapopular-organizaciones-sociales-dinero-electronico-regreso-a-clases.html>. Acesso em 20/09/2021.

O GLOBO. Equador chama embaixador na OEA para consulta após críticas a referendo. O Globo, 07/02/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/equador-chama-embaixador-na-oea-para-consulta-apos-criticas-referendo-22375262>. Acesso em 24/09/2021.

_____. Bachelet pede diálogo e mais inclusão no Equador para evitar novos conflitos. O Globo, 29/11/2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/bachelet-pede-dialogo-mais-inclusao-no-equador-para-evitar-novos-conflitos-1-24109082>. Acesso em 15/09/2021.

OWD (OUR WORLD IN DATA). COVID-19 Data Explorer: cumulative confirmed COVID-19 deaths and cases in Ecuador. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em 16/09/2021.

PRIMICIAS. Ecuador logra un nuevo acuerdo con el FMI por USD 6.500 millones. Primicias, 28/08/2020. Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/ecuador-nuevo-acuerdo-fmi-6500-millones/>. Acesso em 16/09/2021.

_____. Dos grandes carteles mexicanos de la droga se meten de lleno en Ecuador. Primicias, 06/03/2021. Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/sociedad/>



grandes-carteles-droga-entran-ecuador-violencia-carceles/. Acesso em 28/09/2021.

REUTERS. Ecuador expulsa a embajadora de Venezuela en respuesta a “expresiones ofensivas” de ministro. Reuters, 18/10/2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ecuador-venezuela-idARL2N1WY17C>. Acesso em 21/09/2021.

_____. Ecuador devuelve autonomía al banco central, Gobierno espera equilibrar balance con nueva ley. Reuters, 23/04/2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/economia-ecuador-dolarizacion-idLTAKBN2CA27S>. Acesso em 28/09/2021.

SILVA, María Vanessa. Lenín Moreno anuncia 6 medidas económicas y 13 propuestas de reforma. El Comercio, 01/10/2019. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/lenin-moreno-medidas-economicas-ecuador.html>. Acesso em 15/09/2021.

TELESUR. USAID Returns to Ecuador with Lenin Moreno’s Blessing. TeleSur, 15/05/2019. Disponível em: <https://www.telesurenglish.net/news/USAID-Returns-to-Ecuador-With-Lenin-Morenos-Blessing-20190515-0021.html>. Acesso em 27/09/2021.

_____. Correa: No nos pueden vencer en las urnas y aplican el lawfare. TeleSur, 07/11/2021. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/rafael-correa-ecuador-balda-lawfare-20181107-0044.html>. Acesso em 20/09/2021.

VEJA. Brasil e seis países culpam Maduro por instabilidade no Equador. Revista VEJA, 08/10/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-e-seis-paises-culpam-maduro-por-instabilidade-no-equador/>. Acesso em 15/09/2021.

VIGEVANI, Tullo. O que as eleições no Equador podem ensinar sobre a América Latina? Carta Capital, 17/03/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/o-que-as-eleicoes-no-equador-podem-ensinar-sobre-a-america-latina/>. Acesso em 13/09/2021.

XINHUA. Ecuador recibirá 10.200 millones de dólares en financiamiento de organismos multilaterales. Xinhua, 21/02/2019.

Disponível em: http://spanish.xinhuanet.com/2019-02/21/c_137839181.htm. Acesso em 27/09/2021.

_____. Presidente ecuatoriano descarta base militar extranjera en islas Galápagos. Xinhua, 19/06/2019. Disponível em: http://spanish.xinhuanet.com/2019-06/19/c_138154267.htm. Acesso em 27/09/2021.

_____. Moreno crea Centro de Inteligencia Estratégica en Ecuador. Xinhua, 22/09/2018. Disponível em: http://spanish.xinhuanet.com/2018-09/22/c_137485543.htm. Acesso em 24/09/2021.



Colômbia e o “Duque chao”: as mobilizações sociais no governo de Iván Duque

Andrés Londoño Niño

Pesquisador OPISA

Introdução

Entre os países sul-americanos, a Colômbia não possui, historicamente, a imagem de ser cenário de grandes mobilizações sociais, com uma sociedade civil organizada e capaz, por exemplo, de depor um presidente, como tem acontecido em outros países da região. Isso se deve, em grande parte, à fragmentação dos movimentos sociais do país e à falta de educação política da população, mas também ao conflito armado que continua vitimizando as pessoas que se mobilizam politicamente ou que exercem alguma liderança no plano local ou nacional.

Os protestos que começaram em abril de 2021 têm antecedentes nas mobilizações contrárias às políticas do governo do presidente Iván Duque, ocorridas entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020. Essa primeira onda de protestos foi impulsionada por um conjunto de reformas como a laboral, da previdência e a tributária propostas pelo presidente. Alimentado pela agitação social no Chile iniciada em outubro de 2019, que começou por conta do aumento do preço do metrô, o movimento social de novembro de 2019 na Colômbia foi tomando força e se estendendo por vários dias, culminando em uma greve nacional. Inclusive, começaram a ocorrer pannels nas principais cidades do país, o que, além de ser algo inusitado nos protestos na Colômbia, demonstrou uma oposição mais generalizada da população frente às políticas econômicas e sociais do governo. Embora a greve tenha perdido impulso após as primeiras semanas do início dos protestos, continuaram as atividades de mobilização até fevereiro de 2020.

Como contexto, desde o começo do mandato de Iván Duque, em agosto de 2018, houve uma forte oposição ao presidente, primeiro por ser o candidato indicado pelo ex-presidente e líder de direita, Álvaro Uribe (2002-2010) e, somado a isso, pelo fato de não ter uma importante trajetória na política e na administração pública, ao contrário de seus concorrentes. O início do governo esteve marcado por denúncias de corrupção e suspeitas de vínculos do presidente com o narcotraficante “Ñeñe Hernández”. Do mesmo modo, vários Ministros do governo

eram criticados por suas declarações e atuações, como o Ministro da Defesa, Guillermo Botero, que defendeu o bombardeio de um acampamento da guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), onde morreram crianças. Críticas também foram direcionadas à Ministra do Trabalho, Alicia Arango, que posteriormente assumiu o Ministério do Interior, por propor a contratação por horas, o que aumentaria a precariedade laboral. Apesar da oposição de parte da opinião pública contra vários funcionários do governo, Duque tem insistido em mantê-los ou, caso tenham sido demitidos, trasladá-los a outras dependências do governo, como as Embaixadas.

Somado ao descumprimento por parte do governo colombiano do Acordo de Paz e o aumento do assassinato de líderes sociais, incluindo pessoas que pertenciam à guerrilha, a popularidade do presidente está em declínio desde os primeiros meses de governo, massificando as manifestações de vários setores sociais e envolvendo a grande parte da cidadania inconforme com o governo.

Este artigo tem como objetivo apresentar as principais dimensões domésticas que incentivaram os protestos de 2021 no país e algumas das consequências externas. Para isso, além desta introdução, serão apresentados os principais elementos que caracterizaram as mobilizações entre abril e junho de 2021 e, em seguida, e a modo de conclusão, discute-se a importância dessas mobilizações no cenário pré-eleitoral.

As mobilizações de 2021: um marco nas mobilizações sociais na Colômbia

Em uma entrevista, em abril de 2021, com o então ministro da Fazenda, Alberto Carrasquilla -também nesse cargo durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010) - sobre a proposta de reforma tributária, a jornalista o indagou sobre o aumento dos preços da cesta básica e perguntou o preço de uma dúzia de ovos. O valor dado da resposta foi mais ou menos cinco vezes menos que o preço real. O que parecia uma anedota passou a representar o desconhecimento do governo da economia de muitas famílias do país, especialmente afetadas pela pandemia de Covid-19, e acabou sendo o estopim do descontento de vários setores da população que levou a protestos que se prolongaram por várias semanas.

A greve nacional foi convocada, principalmente, como reação à reforma

tributária que o governo apresentou ao Congresso. Por conta dos efeitos da pandemia na economia do país, que gerou um déficit fiscal, o governo argumentou como necessária a reforma para manter alguns programas sociais. A despeito dos protestos após as primeiras declarações, o presidente defendeu a reforma, enfatizando sua necessidade.

Apesar de, em abril de 2021, a Colômbia começava a entrar no pior momento da pandemia, ao registrar mais de 500 mortes diárias, e contrariando os pedidos de autoridades políticas e sanitárias, aconteceram massivas mobilizações nas principais cidades do país, especialmente em Cali e Bogotá, onde os protestos começavam a deixar vários mortos e feridos. Isso porque a primeira resposta do governo para conter os protestos foi a militar, uma vez que o presidente ordenou militarizar as cidades assim que começaram as mobilizações.

Quatro dias após o começo das manifestações nas ruas, o governo teve que retirar proposta de reforma, e o Ministro Carrasquilla renunciou. Apesar disso, as mobilizações continuaram e começaram a ganhar força, pois, além da reforma tributária, diariamente havia mais mortos e feridos durante os protestos, gerando o rechaço de grande parte da população à violência policial. Além disso, estava em trâmite a reforma do sistema de saúde e da previdência, e vários setores reclamavam do descumprimento dos acordos de paz por parte do governo e do aumento do assassinato de líderes sociais.

Em maio, os protestos se tornaram cada vez mais massivos, agrupando estudantes, indígenas, sindicatos e outros setores sociais. Após duas semanas do início das manifestações, o governo começou as negociações com alguns líderes. No entanto, para esse momento, já havia várias denúncias de violações aos direitos humanos pelo abuso policial e o movimento social era cada vez mais massivo.

Mais de 40 mortos, 2000 feridos e 1000 desaparecidos foram reportados durante os protestos. A cidade de Cali tornou-se epicentro das mobilizações, muito por conta das mortes derivadas da violência policial. Também nessa cidade, civis armados começaram a atirar nos manifestantes, perante o silêncio do governo. O caso da morte de Lucas Villa, um jovem estudante que defendia os protestos pacíficos, se tornou emblemático e indignou a uma parte da população.

Enquanto a mídia tradicional se focava em reportar os casos de danos em infraestrutura, as redes sociais se tornaram o principal espaço de denúncia da violência policial e da ação dos civis armados que atacavam aos manifestantes. Também foi viralizado a hashtag #SOSCOLOMBIA, utilizada, por exemplo, nas transmissões em redes sociais das reuniões das Nações Unidas. Com isso, a agitação social da Colômbia começou a ter repercussão internacional. Organismos das Nações Unidas começaram a se pronunciar sobre o uso excessivo da força, assim como a União Europeia e diversas ONGs, como Anistia Internacional e Human Rights Watch¹. 55 congressistas republicanos pediram ao governo para se pronunciar, e o Secretário de Estado estadunidense demonstrou preocupação pelas mortes ocorridas durante os protestos. Do mesmo modo, várias organizações sociais e líderes políticos solicitaram a intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Inclusive, congressistas colombianos da oposição viajaram, em maio, para os Estados Unidos, e denunciaram as violações de direitos humanos cometidas pelo governo.

Em meados de maio de 2021, a chanceler Claudia Blum pediu demissão em meio a fortes críticas externas ao governo colombiano por conta do descumprimento do acordo de paz e as denúncias de violações aos direitos humanos durante os protestos e críticas internas pela atitude passiva da chanceler na condução da política externa do país². Assim, a vice-presidente Martha Lucía Ramírez acumulou o cargo de chanceler. Poucos dias após ter assumido o cargo, Ramírez viajou aos Estados Unidos para defender o governo colombiano, mas foi alvo de críticas internas e externas por afirmar que não era necessária a visita da CIDH. Dias depois, foi obrigada a recuar e aceitou os pedidos da própria Comissão e de Luis Almagro, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), agendando uma visita do organismo.

1 Conjuntura Latitude Sul (2021). Na Colômbia, protestos e greve irrompem no pior momento da Pandemia. Abril de 2021. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/05/ConjunturaLATSUL_Abril_2021-1.pdf. Acesso em 27/10/2021.

2 Conjuntura Latitude Sul (2021). Colômbia completa um mês de protestos em meio de críticas internas e externas ao governo. Maio de 2021. Disponível em: http://latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf. Acesso em 27/10/2021.



No mês de junho, as mobilizações começaram a perder força, sendo mais esporádicas e menos massivas. Em julho, a CIDH publicou o relatório de sua visita à Colômbia no mês anterior e confirmou que havia evidências do uso desproporcionado da força por parte dos militares, assim como casos de violência de gênero, étnica, contra jornalistas e missões médicas, e o desaparecimento de vários manifestantes³.

Aqui cabe lembrar o governo de Duque tem sido insistente em criticar ao governo de Nicolás Maduro e em pretender liderar a defesa da democracia na Venezuela, especialmente por via da Carta Interamericana da OEA e do sistema interamericano. A despeito disso e da negativa imagem internacional do governo colombiano por conta dos poucos avanços na implementação dos acordos de paz e pelas violações aos direitos humanos durante as manifestações, o presidente e a vice-presidente e chanceler responderam que o país não estava obrigado a cumprir as recomendações da Corte Interamericana, como por exemplo a relacionada com a separação da polícia e do Ministério de Defesa. Referindo-se aos casos de vandalismo, o presidente disse também que seu governo não toleraria a criminalidade e, apesar das evidências, negou o uso de armas letais e as denúncias de violação de direitos humanos durante os protestos. Com isto, retomava-se a política externa defensiva que predominou durante o governo de Uribe.

Considerações Finais: o governo de Duque a menos de um ano das eleições

Segundo as pesquisas, o presidente Iván Duque tem a mais baixa popularidade dos presidentes que têm governado o país desde a década de 1990⁵, superando a Andrés Pastrana (1998-2002), que manteve uma baixa aprovação especialmente por conta do fracasso das negociações de paz com as FARC.

Em seu último discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2021, o presidente defendeu os programas sociais impulsionados pelo seu governo, as

decisões relacionadas com a proteção do meio ambiente e os avanços para atender à crise migratória da população venezuelana. Entretanto, Duque também se referiu ao processo de paz e o caracterizou como frágil, além de defender os avanços de seu governo na procura de uma paz com legalidade. Suas declarações foram criticadas por diversos atores domésticos, como o ex-presidente Juan Manuel Santos (2010-2018), tendo em vista a participação que este tem tido nas Nações Unidas na negociação com as FARC e na verificação da implementação dos acordos de paz. De fato, a Missão de Verificação das Nações Unidas, tem apontado em várias ocasiões problemas como o assassinato de ex-combatentes das FARC, assim como dos líderes sociais.

Durante o governo de Duque, indicadores econômicos como a inflação, a dívida externa e o desemprego têm preocupado os colombianos, especialmente pelos efeitos da pandemia pela Covid-19, afetando aos mais vulneráveis. A esse respeito, o governo tem recebido várias críticas por proteger as grandes empresas. Também, durante a pandemia, tem havido várias tensões com mandatários locais na gestão da pandemia, especialmente com a prefeita de Bogotá, Claudia López.

Além da imagem negativa por conta das medidas econômicas e a fraca implementação do processo de paz, o governo tem acumulado várias críticas por casos de corrupção. Assim, por exemplo, em setembro de 2021, foi denunciado o desvio de recursos públicos no processo de contratação de internet para escolas públicas rurais. Este caso de corrupção, fez com que a Ministra de Tecnologias da Informação e as Comunicações (MinTIC) fosse obrigada a pedir a demissão, apesar do apoio do presidente Duque. Isto posto, o desprestígio doméstico e externo do governo de Duque é evidente.

Apesar do ditado popular que diz que a Colômbia é um país sem memória, as próximas eleições, que ocorrerão em maio de 2022, provavelmente não estarão blindadas dos efeitos das grandes mobilizações de 2019, 2020 e, especialmente, de abril, maio e junho de 2021. De fato, com o começo das pré-campanhas eleitorais, os candidatos uribistas têm se distanciado do governo de Duque, questionando a gestão do presidente, cientes do desprestígio do atual governo. Aliás, no momento da escrita deste artigo, as pesquisas eleitorais são lideradas por candidatos não uribistas.

3 Ibidem.

4 Inclusive, por esse motivo, tem se tornado comum se referir à “venezuelização” da política externa colombiana.

5 Pérez, Vanessa (2021). Encuesta de Invamer revela que aprobación de Duque se mantiene en el nivel más bajo. 24/05/2021. Disponível em: <https://www.asuntoslegales.com.co/actualidad/encuesta-de-invamer-revela-que-aprobacion-de-duque-se-mantiene-en-el-nivel-mas-bajo-3174757>. Acesso em: 28/10/2021.

Apesar da criminalização dos protestos sociais continuarem sendo predominantes na Colômbia, as mobilizações durante o governo de Duque, demonstraram que a população tem a capacidade de impor limites ao governo. Ainda que pareça habitual, no contexto colombiano é incomum que vários setores consigam se unir e obter ganhos como os das mobilizações deste ano.



Estudos sobre feminismo na América Latina: uma análise preliminar

Flávia Biroli

Professora da Universidade de Brasília

Marcia Rangel Candido

Colaboradora do OPISA

Introdução

A presença dos feminismos no debate público e nas disputas políticas na América Latina não é nova. Ainda assim, sua visibilidade se ampliou nas últimas décadas, o que pode ser atribuído a estratégias de mobilização que têm efeitos locais e transnacionais, à amplitude geracional dos protestos e à multiplicação das organizações, que assumem diferentes formas (movimentos, ONGs, mas também coletivas e núcleos de estudo e pesquisa) e colaboram para a difusão horizontal de linguagens e agendas. Reações de caráter conservador e sua ativação por setores da direita e da extrema-direita também acabam tornando visível a atuação feminista na política, assim como os estudos de gênero – ainda que o façam, muitas vezes, apostando na desinformação e contestando a legitimidade das pautas de igualdade e de diversidade.

O presente artigo se volta para uma das dimensões do feminismo latino-americano, que são os estudos feministas. Tal perspectiva é uma das frentes de um projeto de pesquisa que tem como objetivo mapear as características principais de circulação do pensamento feminista na região na chegada do século XXI. Aqui, optamos por focar nos estudos sobre o feminismo. Como explicaremos a seguir, as escolhas que fizemos procuraram garantir que tivéssemos indicações iniciais do que tem destaque quando autoras e autores abordam o tema.

O estudo do pensamento feminista precisa lidar, em alguma medida, com a tensão clássica entre movimentos sociais e academia, ou seja, entre o que é enquadrado como ativismo nos espaços públicos e/ou produção científica rigorosa. Neste trabalho, não pretendemos nos debruçar nessa contenda, nem reforçar tal divisão. Aqui, nos restringimos ao exercício preliminar de identificar as características dos textos que

recebem citações, especialmente daqueles mais referenciados, quando a temática é o feminismo latino-americano. Os resultados salientaram a constituição simultânea das reflexões sobre os movimentos sociais e os processos de produção de conhecimento. A imbricação dos dois enfoques, isto é, da análise da organização de movimentos e de campos de pesquisa, aparece, assim, no conjunto dos escritos que analisamos.

Partimos das taxas de citação, que recebem críticas válidas por serem, muitas vezes, instrumentos que reforçam desigualdades, corroborando hierarquias de poder entre temas de pesquisa, pesquisadores/as, universidades e regiões geográficas (Beigel, 2013; Martinovich, 2020). No entanto, em contrapartida, elas podem funcionar como evidências que permitem dimensionar quais assuntos e autores/as têm conquistado mais menções em determinadas áreas do conhecimento, assim como os padrões das desigualdades que essa visibilidade pode evidenciar, apontando para fatores não subjetivos, provenientes de contextos sociais e políticos diversos¹. Permitem, ainda, apreender uma variedade de formatos textuais e uma abrangência de achados que supera o âmbito nacional.

Essa investigação se filia, assim, ao campo dos estudos bibliométricos, que procuram contribuir para o entendimento dos padrões atuais da produção e difusão do conhecimento. Também podem ser um recurso para evidenciar as assimetrias que as atravessam. A utilização de técnicas de bibliometria para debater o desenvolvimento de tópicos de pesquisa nas Ciências Sociais tem aumentado entre os brasileiros. É comum, no entanto, que o conjunto de produções examinado seja definido pelas revistas bem avaliadas em comunidades científicas locais ou por publicações com linhas editoriais afinadas às temáticas de interesse de estudo². Aqui, optamos por

1 Há trabalhos importantes sobre estudos de gênero, mulheres e feminismo que utilizam revisão bibliográfica narrativa, ou seja, discutem uma série de textos e características do campo de pesquisa com base no acúmulo de conhecimento que desfrutam sobre ele. Uma contribuição já clássica nesse sentido para o Brasil é a de Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999). Abordagens com perspectivas regionais são mais raras, ver, por exemplo: De Barbieri (2004) e Crypiano (2013).

2 No Brasil, ver, por exemplo: Feres Júnior, Campos e Assumpção (2016), Leite (2017), Jackson e Barbosa (2017), Nicolau e Oliveira (2017), Campos, Feres Junior e Guarnieri (2017). No caso dos estudos de gênero e feminismo, há

ampliar o âmbito da análise, sem determinar previamente periódicos por sua classificação nacional, escopo editorial ou área disciplinar.

O levantamento é apresentado nas seguintes etapas: em primeiro lugar, justificamos o recorte escolhido e as possíveis contribuições da perspectiva proposta às demais já existentes. Na sequência, explicitamos o método de construção da base de dados e discutimos os seus resultados. Para finalizar, destacamos alguns achados da pesquisa e os próximos passos em nossa linha de pesquisa.

Método de pesquisa e resultados

Neste trabalho, adotamos como instrumento de seleção do corpus para análise o Publish or Perish, um software gratuito, disponível para download online, que permite buscas por revistas acadêmicas, temáticas e autores, fornecendo uma série de métricas de citação, determinadas por fontes de dados variadas, à escolha do pesquisador. Elegemos o Google Scholar em tal quesito por ele ser o mecanismo que melhor alcança as informações de publicações em idiomas distintos do inglês, como o português e o espanhol, ambos mais centrais ao escopo que definimos³.

Estudar a difusão do pensamento feminista na América Latina, por sua vez, não é uma tarefa trivial no que toca ao estabelecimento dos marcos de análise. Ativismo e academia são, conjuntamente, lócus de produção de conhecimento. Ambos são tocados pela, e incidem ativamente na, agenda de organismos regionais e internacionais que têm assumido pautas de igualdade de gênero. Além disso, a escolha dos termos com os quais se demarca o universo das buscas é crucial, já que categorias como “mulher” e “gênero” são, elas mesmas, objeto de análise e dissenso em tal campo de investigação. Ainda que o Publish or Perish permita articular muitas palavras-chave, optamos por orientar a busca, nesse momento, pelos termos “feminismo na América Latina” e “feminismo latino-americano”. Testes realizados previamente indicaram que a procura por “gênero”, por exemplo, mudava radicalmente os resultados

perspectivas mais amplas, que consideram, dentre outras coisas, papers de congresso ou teses e dissertações, ver especificamente os capítulos de Matos (2016) França e Facchini (2017).

3 Para debates sobre a utilização do Google Scholar em pesquisas sobre citações ver: <https://blog.scielo.org/blog/2019/11/27/google-academico-web-of-science-ou-scopus-qual-nos-da-melhor-cobertura-de-indexacao/#.YV-llelKhTY> Acesso em 5 de out. 2021.

finais, discrepância que trataremos nos próximos estágios de nossa pesquisa.

Investigações sobre os estudos de gênero no Brasil, como a da antropóloga Maria Luiza Heilborn e da socióloga Bila Sorj, atualizada mais recentemente por Isadora Lins França e Regina Facchini, apontam para a predominância dos temas “trabalho”, “violência”, “sexualidade” e “família” até o final dos anos 1990 (Heilborn e Sorj, 1999) e, nas primeiras décadas do século XXI, “trabalho”, “violência” e “família” mais “poder e participação política” (França e Facchini, 2017). Sabemos que há variações quando separamos a produção por disciplina, algo que pretendemos fazer em breve, com atenção a uma análise comparada dos estudos de gênero na área de Ciência Política em países latino-americanos, expandindo e dialogando com a proposta que Marlise Matos (2016: p.354) realizou para o contexto brasileiro, na qual foram destacados tópicos como “mulher e participação político-eleitoral”, teoria e “políticas públicas e gênero”.

Na pesquisa que ora apresentamos, que tem escopo amplo em termos disciplinares e mobiliza um critério de seleção de referências bibliográficas – as taxas de citação – diferente dos trabalhos supramencionados, a busca pelos termos “feminismo na América Latina” e “feminismo latino-americano” nos levou a temáticas distintas. Elas também não se repetiriam do mesmo modo caso tivéssemos considerado entre as palavras-chave “gênero”, como comentado. Nosso recorte resultou em estudos que analisam os movimentos feministas (sua atuação e sua incidência no Estado, em políticas públicas e legislação) ou debatem conceitos e problemas relativos à produção e circulação do conhecimento (epistemologia, correntes de pensamento, influências e assimetrias na crítica feminista).

Após as buscas, realizadas em 8 de agosto de 2021, limpamos a tabela retirando textos que não tratavam diretamente do tópico que almejamos ou que não receberam nenhuma citação. O Publish or Perish disponibiliza dados de modo bastante intuitivo, mas está também sujeito às formas diferenciadas com que os pesquisadores/as mencionam as produções bibliográficas. No processo de refinamento destas informações, foram retirados casos duplicados, corrigidos e padronizados erros de digitação, assim como acrescentadas características faltantes dos arquivos, como nome de alguns periódicos



ou coautores/as. Ademais, novas variáveis foram classificadas, como o idioma, o tipo de publicação e o país de procedência, seja da publicação ou da autoria dos escritos.

O total de textos ficou em 824, dentre os quais 50,4% estavam em espanhol, 49,2% em português e o restante em inglês, correspondendo a apenas quatro publicações. A maioria dos casos que obtiveram citações são artigos (55%), seguidos de capítulos de livros (11%), livros completos (10%), papers (8%), resenhas (2%), teses (2%), dissertações (2%), entrevistas em periódicos (2%) e demais formatos de texto (7%). No último item, estão agrupados relatórios de pesquisa de Organismos Internacionais e ONGs, além de documentos de conferências, transcrições de palestras, textos de internet, dentre outros. Chama a atenção a relevância que os informes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) (2%) assumem nesse somatório dos textos.

A Tabela 1 lista as revistas que mais obtiveram textos com citações sobre feminismo na América Latina. A Estudos Feministas (REF), criada em 1992 no Rio de Janeiro e editada atualmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conquistou protagonismo com mais que o triplo de artigos da segunda colocada, a Sexualidad, Salud y Sociedad, que partilha a mesma cidade de origem da REF, mas é mais recente, fundada em 2009, funcionando com expediente no Centro Latino-Americano de Sexualidade e

Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

Do terceiro lugar em diante, há diversificação nos periódicos. Aparecem revistas editadas em diferentes países da região e que não se concentram exclusivamente em estudos feministas – Nueva Sociedad (criada em 1972), Íconos: Revista de Ciencias Sociales (criada em 1997), Boletín Americanista (criada em 1959), Nómadas (criada em 1994), Sociedad e Estado (criada em 1986) e Universitas Humanística (criada em 1971). A Debate Feminista (criada em 1990), a Cadernos Pagu (criada em 1993) e a Revista Venezolana de Estudios de la Mujer (criada em 1996), por seu turno, têm critério segmentado para os temas de publicação, como as duas primeiras colocadas.

Entre as revistas que contam com mais de cinco artigos citados, que são as seis primeiras, quatro são segmentadas (isto é, têm foco em feminismos, gênero, mulheres, sexualidade) e duas não são. É interessante observar que as duas que não o são, Nueva Sociedad e Íconos, são identificadas por estudos críticos, com destaque para a análise das democracias na região e atenção a movimentos sociais, protestos e desigualdades. A primeira é produzida pela fundação alemã Friedrich Ebert, a segunda pela Flacso Equador.

Abaixo, apresentamos os artigos e livros mais citados nesses dois tipos de abordagens

Tabela 1

Principais revistas a publicar artigos que receberam citações na temática de feminismo na América Latina

Revistas	Quantidade de artigos com citações	País de edição
Revista Estudos Feministas	63	Brasil
Sexualidad, Salud y Sociedad	16	Brasil
Nueva Sociedad	11	Argentina
Íconos: Revista de Ciencias Sociales	9	Equador
Debate feminista	8	México
Cadernos Pagu	7	Brasil

Revista Venezolana de Estudios de La Mujer	7	Venezuela
Boletín Americanista	4	Espanha
Nómadas	4	Colômbia
Sociedade e Estado	4	Brasil
Universitas humanística	4	Colômbia

Fonte: elaboração das autoras, com base em dados do Google Scholar.

que, para esse levantamento, observamos separadamente, considerando aquelas nas quais predominam a análise de movimentos feministas e aquelas nas quais predominam discussões sobre a produção e circulação do conhecimento, assim como conceitos específicos e correntes de pensamento. A acepção, é bom pontuar, é apenas um recurso de interpretação para aproximar textos com propostas relativamente similares em meio a uma grande diversidade de enfoques.

Vale observar que esses resultados preliminares reforçam o entendimento de que, no campo feminista de produção de conhecimento, as fronteiras entre o ativismo e a academia ficam borradas, já que há colaborações e influências recíprocas na definição de agendas de pesquisa, na delimitação dos conceitos e de seus sentidos. Isso também significa que os textos do nosso corpus não são sempre publicados em periódicos acadêmicos ou livros. Um exemplo que ilustra a importância de escritos divulgados em outros espaços é que o texto que lidera as citações (quando se considera todos os textos) é de autoria de Sueli Carneiro, "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero", originalmente difundido na internet e somente depois veiculado em uma coletânea organizada por Heloisa Buarque de Hollanda e editada pela Bazar do Tempo, *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*, de 2019⁴.

As tabelas 2 e 3 apresentam listagens dos textos mais citados mantendo o critério de publicação em periódico acadêmico. Elas apresentam as publicações de acordo com

uma classificação que fizemos para que seja possível observar os mais citados nos dois sub-grupos de textos que predominam no nosso corpus: aqueles que discutem conceitos e desenvolvem questões teóricas e/ou epistemológicas e aqueles que se voltam particularmente para a análise do ativismo, dos movimentos feministas e de seus efeitos. Trata-se de ressaltar o quesito dominante e não de demarcar enfoques excludentes: os estudos que classificamos como sendo de epistemologia e crítica teórico-conceitual, em muitos momentos derivam sua análise da atuação dos movimentos; os que classificamos como investigações sobre movimentos, suas ações e efeitos, produzem teoria e fazem análise crítica de conceitos.

4 No total, foram 619 citações computadas a esse texto.



Tabela 2

Top 10 de artigos mais citados sobre feminismo na América Latina – enfoque prioritário “epistemologia e crítica teórico-conceitual”

Citações	Autoria	Título	Ano	Revista	País de Edição
549	Mara Viveros Vigoya	La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación	2016	Debate feminista	México
459	Ochy Curiel	Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista	2007	Nómadas	Colômbia
306	Corina Rodríguez Enriquez	Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad	2015	Nueva Sociedad	Argentina
257	Roberto Castro, Florinda Riquer	La investigación sobre violencia contra las mujeres en América Latina: entre el empirismo ciego y la teoría sin datos	2003	Cadernos de Saúde Pública	Brasil
245	Yuderkys Espinosa Miñoso	Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica	2014	El cotidiano	México
239	Laís Abramo	¿ Inserción laboral de las mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria?	2004	Revista Estudos Feministas	Brasil
231	Marlise Matos	Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?	2010	Revista de Sociologia e Política	Brasil
217	Yuderkys Espinosa Miñoso	Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional	2009	Revista Venezolana de Estudios de La Mujer	Venezuela
197	Madgalena Leon	El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género	2001	Revista de estudios de género: La ventana	México
193	Richard Miskolci,	“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo	2017	Sociedade e Estado	Brasil

Fonte: elaboração das autoras, com base em dados do Google Scholar.

Têm destaque nos textos da tabela acima o conceito de interseccionalidade e o debate epistemológico sobre colonialidade e crítica pós-colonial. Há, já nesses dez artigos, algo que se apresenta no apanhado geral de arquivos, que se caracteriza por uma dispersão de temáticas. No corpo total de produções, tópicos como violência, empoderamento, participação, reações de caráter

conservador ao gênero e, surpreendentemente para nós, teologia feminista, compõem o mote de muitos dos escritos. É interessante notar, ademais, que as revistas nas quais circulam tais produções possuem locais de edição diversos na América Latina, tendo, contudo, o Brasil como país que mais se repete.

Tabela 3

Top 10 de artigos mais citados sobre feminismo na América Latina – enfoque prioritário “movimentos feministas, ação e efeitos”

	Autoria	Título	Ano	Revista	País de Edição
468	Cynthia Andersen Sarti	O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória	2004	Revista Estudos	Brasil
394	Ana Alice	O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política	2005	Revista Gênero	Brasil
382	Sonia E. Alvarez	Beyond NGO-ization?: Reflections from Latin America	2009		
369		Feminismo e literatura no Brasil	2003	Estudos avançados	Brasil
276	Sonia E. Alvarez	Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista	2014	Cadernos Pagu	Brasil
170	Matilde Ribeiro	Mulheres negras brasileiras de Bertioiga a Beijing	1995	Revista Estudos	Brasil
158	Cecilia	Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado	2010	Revista crítica de ciências sociais	
155	Sérgio Carrara	Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo	2010	Bagoas: Estudos gays: gêneros e	Brasil
154	Norma Stoltz	Marxism, feminism, and the struggle for democracy in Latin America	1991	Gender & Society	

Fonte: elaboração das autoras, com base em dados do Google Scholar.



Quando nos aprofundamos na análise dos movimentos e do campo feminista de atuação política, conforme exposto na Tabela 3, a maioria das publicações também aparece com vínculo a instituições brasileiras. As exceções são os textos de Sonia E. Alvarez e Norma Stoltz Chinchilla, divulgados em revistas estadunidenses, e de Cecília MacDowell Santos, editado em Portugal. No caso de Alvarez e Chinchilla, contudo, destaca-se o idioma inglês, que foi raro em nossa amostra. Em relação a Santos, por seu turno, embora o texto tenha saído em um país europeu, o assunto tratado diz respeito ao Brasil. A Lei Maria da Penha, por sinal, é bastante estudada nas pesquisas que encontramos com alguma citação sobre violência e direito na região.

Na sequência, nas tabelas 4 e 5 passamos aos livros, mantendo o mesmo tipo de classificação. No primeiro conjunto das obras mais citadas (Tabela 4), do enfoque prioritário “epistemologia e crítica teórico-conceitual”, chama a atenção a saliência das publicações da Cepal, que soma dois casos entre os dez mais destacados. A crítica feminista é tema notabilizado a partir de diferentes áreas disciplinares e se vincula a variadas perspectivas, o que evidencia a riqueza e diversidade dela na América Latina. No entanto, a despeito de vir se apresentando em diferentes campos do conhecimento, há evidente e largo predomínio das Humanidades. Somado a isso, uma vez mais o Brasil ganha proeminência entre os países que mais editam publicações que receberam

Tabela 4

Top 10 de livros mais citados sobre feminismo na América Latina – enfoque prioritário “epistemologia e crítica teórico-conceitual”

Citações	Autoria	Título	Ano	Editadora/País
248	Irma Arriagada	Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros	2007	CEPAL/Santiago: NY
229	Thomas Bonnici	Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências	2007	EDUEM/Brasil
211	Lucila Scavone	Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais	2004	Editora Unesp/Brasil
170	Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli	Feminismo e política: uma introdução	2014	Boitempo/ Brasil
105	Françoise Vergès	Um feminismo decolonial	2020	Ubu/Brasil
102	Carmen Hein de Campos	Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista	2011	Editora Lumen Juris/Brasil
58	Flavia Marco	Los sistemas de pensiones en América Latina: un análisis de género	2004	CEPAL/Santiago: NY
52	Breny Mendoza	Ensayos de crítica feminista en nuestra América	2014	Editorial Herder/ México
47	Kathya Araujo, Mercedes Prieto	Estudios sobre sexualidades en América Latina	2008	FLACSO/Equador

46 Malena
Costa

Feminismos jurídicos

2016

Ediciones Didot/
Argentina

Fonte: elaboração das autoras, com base em dados do Google Scholar.

muitas citações no tema.

Na Tabela 5, que elenca os textos com o enfoque prioritário “movimentos feministas, ação e efeitos”, fica evidente a relevância dos debates do feminismo negro brasileiro para a região. O primeiro dos livros, *Por um feminismo afro-latino-americano*, reúne produções de Lélia Gonzalez, a partir da organização das sociólogas brasileiras Flavia Rios e Márcia Lima. O segundo colocado, *Quem tem medo do feminismo negro?*, de Djamila Ribeiro, agrupa escritos inéditos com outros publicados no blog da revista Carta

Capital, do qual a autora é colunista. Ambas as obras são as mais recentes das indicadas na tabela, o que sugere uma mudança importante nos últimos anos no que se refere à entrada da discussão sobre raça e racismo na esfera pública.

Fora a liderança de livros editados no Brasil, ganha relevo a presença de editoras mexicanas, que contabilizam três casos. Ainda assim, há, novamente, uma diversidade de temas que se apresentam na análise de setores dos movimentos. Uma perspectiva histórica e outra voltada para a relação entre essa atuação e as políticas públicas

Tabela 5

Top 10 de livros mais citados sobre feminismo na América Latina – enfoque prioritário “movimentos feministas, ação e efeitos”

	Autoria	Título	Ano	Editora/País
387	Lélia Gonzalez	Por um feminismo afro-latino-americano		Zahar/Brasil
373	Djamila Ribeiro	Quem tem medo do feminismo negro?		Cia das Letras/Brasil
272	Maxine Molyneux	Movimientos de mujeres en América Latina: estudio teórico comparado		Cátedra/Espanha
224	Norma Mogrovejo	Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina		CDAHL/México
221	Carmen Diana Deere,	O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina		UFRGS Editora/Brasil
118	Sonia E. Alvarez et al.	Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina		TM Editores/Colômbia
108	Karina Bidaseca e Vanesa Vazquez Laba	Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina		Ediciones Godot/Argentina



98	Loudes Arizpe	La mujer en el desarrollo de México y de América Latina	UNAM/ México
85	Virginia Vargas	Feminismos en América Latina: Su aporte a la política ya la democracia	UNMSM/Peru
84	Lola Luna	Los movimientos de mujeres en América Latina y la renovación de la historia política	Fem-e-libros/ México

Fonte: elaboração das autoras, com base em dados do Google Scholar.

têm saliência nos escritos selecionados entre os mais citados.

A Tabela 6 trata especificamente das autoras que mais receberam citações no corpus de textos de nossa base de dados. O ranking é definido pelo somatório de todas as citações que cada intelectual obteve, independente de serem obras em autoria individual ou coletiva. Diversos aspectos podem ser salientados nesses resultados, a começar pela vinculação institucional de cada uma das escritoras. Mesmo que a liderança das citações pertença a Sonia Alvarez, que trabalha nos

Estados Unidos, e Maxine Molyneux, no nono lugar, esteja na Europa, o restante das personalidades notabilizadas se pronuncia de localidades latino-americanas. É claro que isso deve ser ponderado com dois fatores: a questão do idioma em que as buscas foram feitas e a abrangência dos índices que o Google Scholar proporciona. Por conta disso, pretendemos desenvolver comparações futuras, que tomem como referência métricas como as do Web of Science (WoS) e o Scopus. É possível que nesse outro recorte o Norte global volte a ter hegemonia nas citações, mesmo que o assunto

Tabela 6

Top 10 de autoras que mais tiveram textos citadas sobre feminismo na América Latina (geral)

Autoras		Nacionalidade	Vínculo
Sonia E. Alvarez	1100	Cuba	Estados Unidos
Mara Viveros Vigoya	858	Colômbia	Colômbia
Sueli Carneiro	847	Brasil	Brasil
Ochy Curiel	695	República Dominicana	Colômbia
Yuderkys Espinosa Miñoso	601	República Dominicana	Diversos
Corina Rodríguez Enríquez	469	Argentina	Argentina
Cynthia Andersen Sarti	468	Brasil	Brasil
Djamila Ribeiro	448	Brasil	Brasil
Maxine Molyneux	442	Paquistão	Inglaterra

Fonte: elaboração das autoras, com base em dados do Google Scholar.

diga respeito ao Sul.

Outro fator que ressaltamos é a maior concentração de autoras brasileiras. Assim como vimos para a localidade de edição de artigos e livros mais citados, pudemos identificar que quase a metade das intelectuais de destaque na temática de feminismo latino-americano não só nasceu no país, como também trabalha nele. Além das influências que os critérios de busca podem ter tido nesses dados, podemos sugerir como explicações para o fenômeno a institucionalização dos estudos feministas e de gênero no país nas últimas décadas, assim como a amplitude do sistema universitário nacional, no qual a maior parte das atividades de pesquisa são realizadas.

Parece importante, ainda que esperado, que esse seja um tema em que se destacam autoras mulheres, diferentemente do que se dá quando são consideradas mais amplamente as disciplinas. No caso da Ciência Política, por exemplo, a “cegueira de gênero” tem acompanhado as desigualdades entre mulheres e homens em publicações e eventos (Freidenberg, 2020; Marques e Carvalho, 2020).

Finalmente, cabe exaltar a diversidade no que se refere à questão racial/étnica das autoras. Metade das intelectuais que receberam maior visibilidade são negras e isso se mantém quando observamos separadamente brasileiras e não-brasileiras.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar uma análise do perfil dos principais estudos sobre feminismos na América Latina contemporânea, tomando como base os textos da temática que receberam citações. A opção por uma perspectiva com escopo mais amplo permitiu captar características dos trabalhos para além de periódicos específicos e mais prestigiados pelos ranqueamentos acadêmicos. Permitiu, ainda, partir de uma seleção que não excluiu de início uma ou outra revista (de caráter segmentada ou geral) ou área disciplinar. Com isso, o uso da métrica que detecta citações pode ter atenuado vieses individuais de seleção de referências e captado tipos de produções que, mesmo possuindo impacto na comunidade científica,

nem sempre circulam em meios de maior reconhecimento formal nas universidades.

O presente levantamento exploratório, dentro de suas limitações, nos trouxe indicadores que podem ser relevantes para a agenda de investigação sobre o pensamento feminista na América Latina. Em outros recortes de pesquisa sobre os estudos de gênero, verifica-se a severidade das desigualdades na geopolítica do conhecimento, com o Norte global como produtor de referências centrais (Wohrer, 2016). No nosso corpus, predominaram autoras latino-americanas, que têm suas trajetórias marcadas pela análise de movimentos sociais (e do feminismo, em particular) ou envolvimento no ativismo feminista na região. Isso nos parece importante, sobretudo, por tratar-se de escritos que discutem, contestam e, em alguns casos, produzem teoria, nos quais a crítica epistemológica e teórico-conceitual é preponderante.

Os resultados que mostramos remetem à tênue fronteira entre movimentos sociais, de um lado, e produção teórica e definição de enfoques de investigações, de outro. Tal característica é relativa a campos nos quais as reflexões são enunciadas em uma interface e em colaborações constantes entre ativismo e ciência, algo importante na agenda de pautas feministas. A forte presença de obras da CEPAL dá evidências de que a triangulação movimentos-academia-organizações internacionais/regionais incide nos padrões de produção e circulação do conhecimento na temática.

Os feminismos negros e decoloniais estão entre as perspectivas mais visíveis nos estudos citados sobre a América Latina dentro das buscas que delimitamos. Isto nos parece extremamente positivo, especialmente pelo histórico de negação do racismo que assola a região e tantas outras partes do mundo. Embora livros de autoras dos grandes centros, como Angela Davis e Patricia Hill Collins, tenham sido traduzidos ao português e ao espanhol nos últimos anos, os dados que apresentamos mostraram que autoras brasileiras, como Lélia Gonzalez e Djamilia Ribeiro, conquistaram maior reconhecimento



quando considerado o critério de referenciar textos.

Vale ponderar, ainda, que há uma dispersão significativa nas temáticas tratadas nas produções sobre feminismo latino-americano, o que aumenta ainda mais quando vamos além dos textos que concentram a maior parte das citações. É possível que essa dispersão esteja relacionada ao recorte que estabelecemos. Afinal, ao garantir o escopo abrangente, sem selecionar áreas disciplinares e periódicos específicos, precisamos lidar também com um resultado amplo de agendas de pesquisa e de preocupações. Ademais, a própria região é muito diversa culturalmente, socialmente e politicamente.

Como explicitamos inicialmente, estamos cientes de que buscas mais vastas com combinações de outras palavras-chave, como gênero, trabalho, violência, família, cuidado, participação política, saúde e sexualidade, para dar alguns exemplos, poderiam nos levar a uma reunião distinta de textos. Parece-nos substancial, como próximo passo, comparar as agendas de pesquisa predominantes entre periódicos e autoras de diferentes países. Mais especificamente, este trabalho abre nosso projeto de investigação, que analisa o pensamento feminista produzido sobre e na América Latina, com base em distintos parâmetros. Quais são as variações temáticas dos estudos feministas de acordo com o país de desenvolvimento da pesquisa? Qual o lugar das análises comparadas? Qual a diferença de taxas de citações dos textos publicados em inglês ou em idiomas dominantes na região, como o espanhol e o português? Há maior reconhecimento de produções sobre feminismo latino-americano que são divulgadas de instituições fora da América Latina?

Além de responder tais perguntas, pretendemos, também, analisar os estudos sobre feminismo e relações de gênero em áreas disciplinares e subcampos de pesquisa específicos. Um dos temas que não se destaca pelas citações em nossa base de dados, mas que numa observação inicial nos parece merecer mais atenção é o das contribuições do pensamento feminista latino-americano à crítica ao capitalismo neoliberal. Outro tópico já mais estabelecido e que, nesse conjunto, não ganhou saliência é o da participação política e das cotas eleitorais para mulheres na América Latina. Avançar na compreensão desses aspectos e trilhar frentes ainda não trabalhadas está entre

nossos objetivos no futuro próximo.

Referências

- BEIGEL, Fernanda (2013). "Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento". Nueva Sociedad.
- CAMPOS, Luiz; FERES JUNIOR, João; GUARNIERI, Fernando (2017). "50 Anos da Revista DADOS: Uma Análise Bibliométrica do seu Perfil Disciplinar e Temático". Dados, vol.60, n.3, p.623-661.
- CARNEIRO, Sueli (2019). "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero". In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais. Bazar do Tempo: Rio de Janeiro.
- CRYPRIANO, Breno (2013). "Construções do pensamento feminista latino-americano". Revista Estudos Feministas, vol.21, n.1, p.11-39.
- DE BARBIERI, Teresita (2004). "Más de tres décadas de los estudios de género en América Latina". Revista Mexicana de Sociología, ano 66, p.197-214.
- FERES JUNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; ASSUMPTO, San (2016). "Teoria política normativa". In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. (Org.). A Ciência Política no Brasil: 1960-2015. FGV: Rio de Janeiro, p.217-273.
- FRANÇA, Isadora Lins; FACCHINI, Regina (2017). "Estudos de Gênero no Brasil: 20 Anos Depois". In: MICELI, Sergio e MARTINS, Carlos. (Org.). Sociologia Brasileira Hoje. São Paulo, Ateliê Editorial, p.283-357.
- FREIDENBERG, Flavia (2020). "A cegueira de gênero na Ciência Política". In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Orgs.). Mulheres, poder e Ciência Política: Debates e Trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp.
- HEILBORN, Maria Luizaaria Luiza e e SORJ, Bila (1999). "Estudos de gênero no Brasil". In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/ CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- JACKSON, Luiz Carlos; BARBOSA, Darlan (2017). "Histórias das Ciências Sociais Brasileiras". In: MICELI, Sergio e MARTINS, Carlos. (Org.). Sociologia Brasileira Hoje. São

Paulo, Ateliê Editorial, p.217-279.

LEITE, Fernando (2017). "Tradições intelectuais na Ciência Política Contemporânea". DADOS, v.60, n.3.

MARQUES, Danusa; CARVALHO, Layla (2020). "As mulheres nos eventos e nas publicações da área de Ciência Política no Brasil". In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Orgs.). Mulheres, poder e Ciência Política: Debates e Trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp.

MATOS, Marlise (2016). "A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feminismos na ciência política brasileira". In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria. (Org.). A Ciência Política no Brasil: 1960-2015. FGV: Rio de Janeiro, p.347-391.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian (2017). "Political Science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015)". Sociologia e Antropologia, v.7, n.2, p.371-393.

WOHRER, Veronika (2016). "Gender studies as a multi-centred field? Centres and peripheries in academic gender research". Feminist Theory, v. 17, n. 3, p.323-343.

